

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

O MERCADO ENRAIZADO:

uma crítica ao mercado como ordenador universal da economia a partir
da antropologia econômica de Karl Polanyi

DANIEL RIBERA VAINFAS

matrícula nº: 111012469

ORIENTADOR: Prof. Daniel de Pinho Barreiros

DEZEMBRO 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

O MERCADO ENRAIZADO:

uma crítica ao mercado como ordenador universal da economia a partir
da antropologia econômica de Karl Polanyi

DANIEL RIBERA VAINFAS
matrícula nº: 111012469

ORIENTADOR: Prof. Daniel de Pinho Barreiros

DEZEMBRO 2014

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor

Dedico esse trabalho a minha mãe, que sempre valorizou minha educação apesar de todas as dificuldades da vida. Dedico também a meu pai, que, constantemente, me lembra da necessidade e do valor de um bom texto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me apoiaram ao longo dessa aventura. Agradeço a minha amorosa família, a minha querida namorada, Julia, e a todos os professores (inclusive meus alunos) que passaram por meu caminho. Expresso minha gratidão por todos aqueles que encontrei, e que, invariavelmente, contribuíram para esse trabalho.

Deixo registrado também, meus sinceros agradecimentos aos cidadãos brasileiros, cujo apoio foi imprescindível para que eu tivesse uma educação de qualidade, apoio sem o qual jamais poderia cursar uma universidade pública e apresentar esse trabalho.

A todos esses, espero, um dia, poder retribuir.

RESUMO

VAINFAS, Daniel Ribera. *O mercado enraizado: uma crítica ao mercado como ordenador universal da economia a partir da antropologia econômica de Karl Polanyi*. Rio de Janeiro, 2014. Monografia (Grduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Este estudo tem como objetivos desenvolver uma análise crítica do conceito de mercado utilizando o viés antropológico desenvolvido por Karl Polanyi, tomando como referência central os conceitos-chave desenvolvidos em uma de suas principais obras *A grande transformação*; bem como mostrar como a teoria polanyiana, apoiando-a nos aportes de outros autores (Wood e Sahlins), possui um caráter de teoria geral que permite explicar as diversas situações históricas no que diz respeito à organização da vida econômica.

Para tanto, utilizou-se como foi condutor o contraste claro entre as visões formalista e substantivista na antropologia econômica e a confrontação entre os paradigmas naturalista e humanista na formulação do conceito de economia. Esses debates encontram possibilidade de síntese na teoria polanyiana a partir da proposição de um novo elemento ordenador da vida econômica que não o mercado; elemento que recupera o quadro cultural das sociedades e mostra como instituições, aparentemente autônomas, possuem raízes não percebidas pela teoria tradicional.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo I – A Revolução Industrial como ruptura	12
I.1 – A Revolução Industrial como revolução social	12
I.2 – Os debates sobre a transição	15
I.2.1 – Os universos teóricos de Wood e Polanyi: elementos de similitude.....	16
I.2.2 – A circularidade do argumento de Polanyi.....	18
I.3 – O imperativo capitalista como solução teórica	20
Capítulo II – A antropologia econômica de Polanyi em <i>A grande transformação</i>	24
II.1 – Definição de mercado e a sua presença nas sociedades pré-industriais: os princípios da reciprocidade, da redistribuição e da domesticidade.....	24
II.2 – A formação do mercado: o princípio da permuta.....	28
II.3 – As mercadorias fictícias	30
II.3.1 – O mercado de terras	30
II.3.2 – O mercado de trabalho.....	33
II.3.3 – As consequências para a economia política	34
II.3.4 – O mercado de dinheiro	36
II.4 – Sistematização das ideias de Polanyi: tensões e críticas.....	37
e críticas	40
II.5.1 – Tensões internas	40
II.5.2 – Críticas	44
Capítulo III – A dicotomia substantivismo / formalismo	49
III.1 – O debate entre a economia substantiva e a economia formal	50
Capítulo IV – A segunda dicotomia: humanismo versus naturalismo	60
IV.1 – Humanismo versus naturalismo e as interpretações smithianas	61
IV.2 –A posição de Polanyi: leituras a partir das dicotomias	68
Capítulo V – Uma leitura não dicotômica: a abordagem polanyiana como teoria geral.	72
V.1 – O enraizamento de Polanyi no liberalismo de Smith.....	72
V.2 – O pensamento de Sahlins: a matriz cultural	75
Conclusão	82
Referências BIBLIOGRÁFICAS	84

INTRODUÇÃO

As obras de Karl Polanyi e dos autores que dialogam com o mesmo são o foco de estudo dessa monografia. A escolha desse autor justifica-se pela sua envergadura; como tal, desenvolveu seus trabalhos em diversos campos do conhecimento, passando pela antropologia, pela sociologia e pela história econômica, deixando como legado conceitos que superaram seu criador e tornaram-se vocabulário inescapável¹ para o tratamento de determinados temas, sobretudo, no estudo antropológico de sociedades não mercantis.

Outra marca característica da amplitude de seu trabalho é a dificuldade em classificá-lo, em enquadrá-lo, em alguma corrente teórica específica. Como bem aponta Hann (1992, p.149), o pensamento de Polanyi resiste aos enquadramentos:

“Considerando apenas as visões dos antropologistas, Polanyi foi reinterpretado como um marxista e como um institucionalista; ele também foi condenado como um liberal funcionalista por aqueles que se veem como os verdadeiros herdeiros do marxismo, como um empiricista, e como um romântico ao qual faltava rigor científico, entre outras críticas. Nem todas essas colocações são incompatíveis, mas algumas devem ser.”²

Apesar da dificuldade de enquadrar Polanyi em determinada filiação teórica, é possível delimitar dois objetivos claros em sua obra, um que se revela como o aspecto humanista de seus trabalhos (ISAAC, 2005) e outro de cunho especificamente científico (MAUCOURANT, 2000; ROTSTEIN, 1970). Uma leitura apropriada de Polanyi não pode se furtar a manter ambos os aspectos em vista, uma vez que a compreensão de um é fundamental para a construção, a partir de sua integração com o outro, do sentido que orientou seu

¹ Conforme aponta Isaac (2005, p.21): *“Nevertheless, some of Polanyi’s most basic concepts, especially reciprocity and redistribution, have become anthropological stock in trade. They are, in fact, so firmly entrenched that they are generally unattributed in their present usage. In that sense, the demise of substantivism was more apparent than real.”*

²Tradução minha de: *“To consider only the views of anthropologists, Polanyi has been reinterpreted as a Marxist and as an institutionalist; he has also been condemned as a liberal functionalist by those who regard themselves as true heirs to Marxism, as an empiricist, and as a romantic lacking in scientific rigor, among other criticisms. Not all of these assessments are incompatible, but some ought to be.”*

trabalho³. Cabe observar que o presente trabalho se ocupará do aspecto eminentemente científico, embora seja importante para o leitor manter em mente a relação apontada por Isaac.

Uma forma de organizar a fase científica da obra polanyiana é compreendê-la em três pontos que se encadeiam logicamente. Em primeiro lugar, os trabalhos de Polanyi se ocupam de apontar as limitações das teorias econômicas, todas as quais voltadas para a explicação da reprodução social pelo mercado. Para Maucourant (2000, p.24): *“a abordagem de Polanyi se inscreve, em sua essência, contra um tal reducionismo [da análise econômica]; mas não se trata de tornar anátema toda forma de análise econômica das instituições econômicas, mas de reconhecer os limites deste gênero de exercício”*.⁴ O reducionismo ao qual se refere Maucourant é aquele do mercado como único veículo da vida material das sociedades, assim, tais limites se compreendem, de fato, como limitações de uma teoria mercadológica.

O segundo passo lógico para a obra de Polanyi é a identificação da vida econômica que se passa fora da instituição do mercado:

*“Ele [Polanyi] buscou, ao contrário, identificar padrões ou fluxos de bens econômicos não reconhecidos até o momento, características sui generis de economias distantes que tinham seu lugar ao lado do, ou eram alternativas funcionais para o, tradicional nexos de relações de trocas. Isso também requereu uma análise das instituições (tanto econômicas quanto não econômicas) que canalizavam ou dirigiam fluxos de bens materiais, e termos semânticos que eram apropriadas à tarefa.”*⁵ (ROTSTEIN, 1970, p.118).

No terceiro ponto, como culminância desse desenvolvimento lógico, a face estritamente científica ganha forma como proposta de nova teoria geral e alternativa da

³ Conforme nos mostra Isaac (2005, p.21): “Ao acessar o legado de Polanyi, é importante olhar além da antropologia. Em primeiro lugar, ele era um historiador da economia ou um economista político, não um antropólogo. Segundo, sua meta era melhorar a condição humana por meio da superação das precipitações deletérias do capitalismo (especialmente o facismo e a depressão econômica), não contribuir para o aumento de disciplinas acadêmicas (ver Goldfrank, 1990). Em outras palavras, ele usou a antropologia e os estudos clássicos apenas como veículos para alcançar fins maiores.” Fica claro, por esse trecho acima, apesar da ênfase conferida por Isaac ao aspecto humanista da obra de Polanyi, a interrelação entre os dois aspectos; o humanismo, pela sua preocupação com a superação dos problemas de sua época, é a bússola que aponta o norte de seu desenvolvimento científico.

⁴ Tradução minha de: *“l’approche de Polanyi s’inscrit, dans son essence, contre un tel réductionnisme ; mais, il ne s’agit pas de jeter l’anathème sur toute forme d’analyse économique des institutions économiques, mais de reconnaître les limites de ce genre d’exercice.”*

⁵ Tradução minha de: *“He meant instead to identify hitherto unrecognized patterns or flows of economic goods, sui generis features of distant economies that took their place beside, or were functional alternatives to, the usual nexus of exchange relationships. This also required an analysis of the institutions (both economic and non-economic) that channeled or directed flows of material goods, and semantics that were appropriate to the task.”*

economia, como aponta Drahokoupil (2004, p.839). Nesse sentido, Isaac (2005, p.14) destaca que: “*Sua meta mais ampla era deitar as bases para uma teoria geral de economia comparativa que acomodaria todas as economias, do passado e do presente (ver Polanyi 1957; Halperin 1988, 1994a; Stanfield 1986, 1990).*”⁶(ISAAC, 2005, p.14)

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivos: 1) desenvolver uma análise crítica do conceito de mercado a partir de um viés antropológico centrado na abordagem de Polanyi, tomando como referência central os conceitos-chave desenvolvidos em *A grande transformação*; e 2) mostrar como a teoria polanyiana, apoiando-a nos aportes de outros autores (Wood e Sahlins), possui um caráter de teoria geral capaz de incorporar a visão mercantil como um caso particular dentre as outras situações históricas no que concerne à organização da vida econômica.

O primeiro ponto (os limites das teorias econômicas) será explorado ao longo dos capítulos 1 e 2. No segundo capítulo, os conceitos desenvolvidos por Polanyi ao longo de *A grande transformação* serão abordados e apresentados, colocando o foco mais no segundo elemento (identificação da vida econômica fora da instituição mercado) do que no primeiro. Nos capítulos 3 e 4 serão explorados os contrastes entre a teoria de Polanyi e a abordagem mercadológica da economia, o que corresponde a um retorno ao primeiro ponto. Tal malabarismo com o fio condutor se justifica tanto por uma maior facilidade de compreensão desse ponto a luz dos conceitos que estão contidos no segundo ponto do fio condutor, quanto por maior clareza no desenvolvimento do capítulo cinco. Enquanto nos capítulos 2 e 3 será enfatizado o contraste entre a teoria polanyiana e a abordagem formal de economia, no último capítulo será realizada a reintegração dos opostos construídos anteriormente a partir da tese de que a proposta de Polanyi é de fato uma teoria geral.

⁶Tradução minha de: “*His larger aim was to lay the groundwork for a general theory of comparative economics that would accommodate all economies, past and present (see Polanyi 1957; Halperin 1988, 1994a; Stanfield 1986, 1990).*”

CAPÍTULO I – A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL COMO RUPTURA

O ponto central para compreendermos a obra de Polanyi é considerarmos a Revolução Industrial como uma ruptura entre paradigmas sociais. Ao passo em que as sociedades pré-industriais organizavam sua vida econômica fora do sistema de mercado, as sociedades industriais encontram, justamente nesse sistema, a pedra angular da sua reprodução material.

Entretanto, essa formulação esbarra em uma lacuna teórica em *A grande transformação*, pois, simultaneamente, Polanyi afirma que as pressões típicas de um sistema de mercado não existiam nas sociedades pré-industriais e que foram essas pressões que transformaram a sociedade inglesa não mercantil em uma sociedade regida pelo sistema de mercado.

Uma solução para esse contra-senso pode ser encontrada em Wood (2001), notadamente, a partir de sua explicação acerca do imperativo de mercado que faz com que o capitalismo surja como novidade histórica e altere profunda e sistematicamente as relações econômicas

Diante disso, este capítulo busca: 1) compreender qual o caráter disruptivo da Revolução Industrial no arcabouço teórico de Polanyi; e 2) analisar as limitações existentes em *A grande transformação* no que concerne ao processo de transição do feudalismo para o capitalismo, bem como propor o imperativo do mercado, conforme apontado por Wood, como elemento explicativo da transição.

1.1 – A Revolução Industrial como revolução social

Para mapearmos o desenvolvimento teórico de *A grande transformação* convém iniciarmos a partir do mesmo ponto de partida que o Polanyi o fez: da análise da Revolução

Industrial. Ele destaca o caráter social desse evento: “[a] *Revolução Industrial foi uma Revolução Social, criando uma nova civilização com problemas e características próprios*”.⁷(POLANYI, 1937-38, p.99, *apud* BLOCK, 2001, p.5)

Nesse sentido, a Revolução Industrial provocou uma mudança tão profunda na sociedade que abriu espaço para a construção de uma nova civilização. Tal afirmativa torna necessário identificar qual a característica básica dessa nova cultura, pois é nesse caráter que se oculta o elemento disruptivo da teoria polanyiana. A resposta que Polanyi nos fornece encontra-se em *A grande transformação* da seguinte maneira:

*“Mas como pode essa mesma Revolução Industrial ser definida? Qual foi sua característica básica? Será que foi o aparecimento de cidades fabris, a emergência de favelas, as longas horas de trabalho das crianças, os baixos salários de certas categorias de trabalhadores, o aumento da taxa populacional, ou a concentração das indústrias? Imaginamos que todos esses elementos foram apenas incidentais em relação a **uma mudança básica, o estabelecimento de uma economia de mercado**, e que a natureza dessa **instituição** não pode ser inteiramente apreendida até que se compreenda o impacto da máquina numa sociedade comercial.”*(POLANYI, 2000 [1944], p.59) [grifo meu]

Foi, portanto, o estabelecimento de uma nova instituição⁸, a economia de mercado, e não um aspecto puramente técnico, que caracterizou a civilização do século XIX como algo novo e radicalmente separado da sociedade dos séculos anteriores. Definir a economia de mercado como uma instituição, no sentido de ser algo criado e não uma dádiva da natureza, a traz para a esfera daquilo que é construído pelo ser humano, e, portanto, sujeito a modificações por parte de seus construtores. É em torno desse caráter institucional que Polanyi desenvolverá as críticas a esse modelo de sociedade e à proposta de organização social do liberalismo econômico.

Dotar o mercado desse caráter institucional não significa dizer que apenas no século XIX a humanidade inventou o mercado. Polanyi reconhece que as sociedades da Idade da Pedra já possuíam vínculos econômicos baseados no mercado, porém, esses vínculos tinham caráter secundário na organização da vida cotidiana (POLANYI, 2000, p.62). A grande inovação do século XIX é o surgimento da economia de mercado.

⁷ Tradução minha de: “*The Industrial Revolution was a Social Revolution creating a new civilization with problems and a character of its own*”

⁸ Muito embora seja importante ressaltar aqui a presença de certa contradição, por mais que Polanyi enfatize o caráter institucional da transformação, no sentido de que é o lado social e não o técnico que caracteriza a grande transformação, o encaminhamento final do parágrafo coloca a questão da máquina como ponto central para a realização da revolução industrial. Essa contradição será explorada mais à frente quando do debate sobre as causas da transformação.

A distinção que Polanyi propõe se dá entre uma economia de mercado, elemento definidor do século XIX, e uma economia com mercados; o ponto de contraste é o papel desempenhado pelo mercado na reprodução social. A esse respeito é elucidativa a colocação de Maucourant (2004, p.2): *“O Mercado é um princípio de organização da vida econômica e social segundo a qual um conjunto suficiente de mercados, conectados entre si, regula a reprodução social.”*⁹

Portanto, em uma economia com mercados a reprodução social é regulada por outras instituições, ao passo que em uma economia de mercado essa atribuição cabe justamente a um mercado formador dos preços gerais. Assim, para Polanyi, uma economia de mercado, o elemento institucional definidor da sociedade nova, é *“uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado”*. (POLANYI, 2000 ,p.62).É importante notar que para o autor o surgimento da economia de mercado está atrelado à inserção da máquina numa sociedade comercial. A figura do mercador se transforma e ganha envergadura diante da aplicação de máquinas à produção:

“Ele [o mercador] venderá as mercadorias da mesma forma como já vinha vendendo outras àqueles que delas precisavam. Entretanto, ele vai procurá-las de modo diferente, isto é, não mais adquiriu-as já prontas, mas comprando o trabalho necessário e a matéria-prima.” (POLANYI, 2000, p.59).

O ponto crucial para os argumentos de Polanyi é o fato de que essa busca pelo trabalho e pela matéria--prima precisa passar pelo e no mercado, pois está é a instituição por excelência que disponibiliza os produtos para compra e venda. Assim, torna-se fundamental criar um espaço onde produtos são trocados, visando ao lucro e cuja produção está subordinada a essa lógica, de modo a garantir certeza, ou pelo menos redução nos riscos de acesso aos insumos. Condição esta necessária para o funcionamento de uma produção baseada em máquinas complexas. (POLANYI, 2000, p.60)

Apesar da coerência interna do argumento acima no que diz respeito à Revolução Industrial, é crucial apontarmos a fragilidade de um dos elos da argumentação de Polanyi no que concerne ao processo de transição do feudalismo para o capitalismo

⁹ Tradução minha de: *“Ce Marché est un principe d’organisation de la vie économique et sociale selon lequel un ensemble suffisant de marchés, liés entre eux, est à même de régler la reproduction sociale.”*

1.2 – Os debates sobre a transição

O objetivo de *A grande transformação* é defender a tese de que o capitalismo, apresentado sob a categoria analítica de sociedade de mercado, não é um fenômeno natural nem uma forma de organização social que sempre esteve presente na sociedade, soterrada por instituições que inibiam seu desenvolvimento. Ao contrário, a sociedade de mercado é uma novidade histórica, uma vez que ela traz em si uma proposta que nunca havia sido feita: tentar subordinar a vida social à vida econômica, separando de maneira radical as duas esferas.

O livro é muito bem-sucedido na elaboração do contraste entre as sociedades e o mercado, que existiram ao longo da história e que não foram organizadas pelo princípio do lucro mesmo tendo suas estruturas próprias de troca, e a sociedade de mercado que surge na Inglaterra do século XVIII. Entretanto, não há uma explicação substancial dos motivos que levaram a essa mudança. Retomemos o trecho que traz a explicação oferecida pelo autor, mas agora sob outro enfoque:

*“Mas como pode essa mesma Revolução ser definida? Qual foi sua característica básica? (...) Imaginamos que todos esses elementos foram apenas incidentais em relação a uma mudança básica, o estabelecimento da economia de mercado, e que a natureza básica dessa instituição não pode ser inteiramente apreendida até que se compreenda o impacto da máquina numa sociedade comercial. Não pretendemos afirmar que foi a máquina que causou esta mudança, mas **insistimos que quando as máquinas complicadas e estabelecimentos fabris começaram a ser usados para a produção** numa sociedade comercial, começou a tomar corpo a ideia de um mercado autorregulável.” (POLANYI, 2000, p.59)[grifo meu]*

O trecho mostra a importância central da inserção de máquinas complexas no processo produtivo como elemento transformador da economia e como gatilho da Revolução Industrial. Esse argumento apresenta alguns problemas que precisam ser analisados. Para isso, tomaremos a obra de Wood (2001) como referência crítica para termos uma linha analítica a fim de organizar a crítica à explicação de Polanyi.

Antes de construirmos essa linha crítica, faz-se necessário realizar uma identificação conceitual entre Polanyi e Wood que permita identificá-los a partir de um corpo teórico, senão comum, ao menos similar.

1.2.1 – Os universos teóricos de Wood e Polanyi: elementos de similitude

Conforme apontado por Hann (1992, p.149), Polanyi é um cientista cuja matriz teórica escapa a definições taxativas. Por outro lado, Wood é facilmente identificada como marxista e filiada ao materialismo dialético (PATRIQUIN, 2012, p.2), entretanto, considerar tal denominação como um entendimento completo de seu método científico seria falso, nas palavras do próprio Patriquin:

“Mesmo se situando na tradição do materialismo histórico, ela [Wood] desafia algumas de suas interpretações mais comuns: não apenas a ideia da história como a sucessão de modos de produção, mas a ideia de que essa história tenha sido dirigida pelas contradições entre as ‘forças’ e as ‘relações’ de produção, uma ‘lei’ geral de progresso tecnológico, segundo a qual uma forma social será seguida de outra, mais produtiva.” (PATRIQUIN, 2012, p.2)¹⁰.

Nesse ponto é possível realizar a alquimia entre os dois autores. Wood concorda com o materialismo histórico, mas se posiciona criticamente às duas afirmativas básicas dessa corrente teórica, qual sejam, da história como sucessão de modos de produção e do protagonismo das relações de produção na formação das relações sociais. É isso que permite aproximá-la de Polanyi, pois é rigorosamente a mesma crítica que ele coloca ao marxismo ao formular uma teoria na qual não existe distinção entre as relações sociais e as relações de produção, mais especificamente, na qual não existem relações de produção definidas e circunscritas, exceto a partir do capitalismo.¹¹

Convém agora definir com mais precisão o que reside por trás do conceito de capitalismo, especialmente em Wood, para que possamos relacioná-lo ao conceito de Polanyi de sociedade de mercado, de modo a completar o processo de diálogo entre os autores. Para Patriquin (2012, pp.3-4) há dois princípios que definem o capitalismo em Wood:

¹⁰Tradução minha de: *"While situating herself in the historical-materialist tradition, she challenges some of its most common interpretations: not only the idea of history as a succession of modes of production, but the idea that this history has been driven by contradictions between the ‘forces’ and ‘relations’ of production, a general ‘law’ of technological progress according to which one social form will be followed by another, more productive one."*

¹¹A relação ambígua mantida por Polanyi com o marxismo é mais profundamente discutida na seção 1.6.1 a partir da tese de Block (2001) de que Polanyi se afasta das formulações tradicionais do marxismo ao longo da escrita de *A grande transformação*.

“O primeiro é o imperativo único que decorre da forma específica das relações sociais e de propriedade no capitalismo: os imperativos da competição, acumulação constante e maximização de lucros e o requerimento de melhorar a produtividade do trabalho. (...) O segundo princípio mais importante da abordagem de Wood é sua percepção da relação complexa entre o ‘econômico’ e o ‘político’ no capitalismo. É apenas no capitalismo que é possível falar da ‘economia’ como uma esfera distinta, com seus próprios princípios de ordenamento e suas próprias formas de poder, dominação e hierarquia.”¹²

A identificação feita por Wood das duas características únicas do capitalismo corresponde à percepção de Polanyi sobre a distinção entre economias com mercado e economias de mercado, a tal ponto que Isaac (2005, p.16) ao explicar essa distinção na obra de Polanyi usa de modo intercambiável os conceitos de economia de mercado e economia capitalista:

“Porque a moeda de uso especial (e os bens e serviços que ela comprava) circulava em apenas parte da economia, as economias pré-capitalistas eram multicêntricas, havendo duas ou mais ‘esferas de troca’; em contraste, economias capitalistas (de mercado) são, por definição, unicêntricas, porque tudo, mesmo os fatores de produção, circula em uma economia unificada pelo princípio de mercado e o solvente universal é a moeda para todos os usos.”¹³

Isaac aponta que, em Polanyi, o elemento central na definição de capitalismo é a unidade da vida econômica a partir do mercado, definição bastante coerente com a fornecida por Patriquin (2012, p.10) para o capitalismo em Wood:

“(...) Wood aponta para o caráter único das leis de movimento e das relações sociais no capitalismo, incluindo o fato de que virtualmente toda produção é para troca. Tanto os produtores diretos (trabalhadores) e aqueles que se apropriam do trabalho excedente são dependentes do mercado. Aquele que não tem propriedade deve vender sua força de trabalho de modo a ganhar acesso às ferramentas com as quais irá trabalhar. A classe dominante precisa responder à competição econômica, daí suas

¹²Tradução minha de: “The first is the unique imperatives that follow from capitalism’s specific form of social-property relations: the imperatives of competition, constant accumulation, and profit-maximisation, and the requirement to improve the productivity of labour. (...) The second major principle of Wood’s approach is her account of the complex relation between the ‘economic’ and the ‘political’ in capitalism. It is only in capitalism that it is possible to speak of the ‘economy’ as a distinct sphere, with its own principles of order and its own forms of power, domination, and hierarchy.”

¹³Tradução minha de: “Because special-purpose money (and the goods or services it purchased) circulated in only part of the economy, precapitalist economies were multicentric, having two or more ‘spheres of exchange’; in contrast, capitalist (market) economies are by definition unicentric, because everything, even the factors of production, circulates in an economy unified by the market principle and the universal solvent, general purpose money.”

*atividades lucrativas e constantes incrementos de produtividade, o que requer introdução das tecnologias mais avançadas”.*¹⁴

Nesse trecho surge o tema da proletarização das classes trabalhadoras, fenômeno que surge em Polanyi a partir da sua descrição da desarticulação social promovida pelo moinho satânico e das mercadorias fictícias, notadamente a terra e sua desconexão com o trabalho, a partir do século XIX, em oposição à relação indissociável entre ambos nas sociedades tradicionais. (POLANYI, 2000, p.51 e p.214).

Assim, apesar de Wood colocar a existência de uma classe trabalhadora desprovida de meios de produção como característica fundamental do capitalismo, ela defende, baseando-se em Brenner, que a proletarização é posterior à dependência do mercado (PATRIQUIN, 2012, p.11). Isso significa que a mercantilização plena do trabalho é posterior à mercantilização de outros aspectos da reprodução social, o que corresponde à descrição de Polanyi de que o mercado de trabalho foi o último a ser criado.

Uma vez evidenciadas as similaridades entre Polanyi e Wood, podemos tentar construir uma síntese entre as ideias de ambos, mesmo reconhecendo que existam algumas diferenças conceituais. Há paralelos claros entre os conceitos-chave de capitalismo e de dinâmica histórica, sobretudo na não separação *a priori* entre esferas econômica e política em sociedades não capitalistas.

1.2.2 – A circularidade do argumento de Polanyi

A primeira fragilidade a ser apontada por Wood é a presença de “*mais do que uma pequena dose de determinismo tecnológico*” (WOOD, 2001, p.32) na argumentação de Polanyi. Apesar das ressalvas, a argumentação de Polanyi é toda calcada na influência da maquinaria. Tomemos como ponto de partida a seguinte frase contida em seu livro: “A

¹⁴Tradução minha de: “(...) *Wood points to capitalism’s historically unique laws of motion and its unique social relations, including the fact that virtually all production is for exchange. Both direct producers (workers) and those who appropriate their surplus-labour are dependent on the market. The propertyless must sell their labour-power in order to gain access to the tools with which they will work. The ruling class has to respond to economic competition, hence their activities must be geared towards the accumulation of wealth, the maximisation of profit, and constant increases in productivity, which requires introducing the latest technologies.*”

utilização de máquinas especializadas numa sociedade agrária e comercial deve produzir efeitos típicos.” (POLANYI, 2000, p.59)

O grande problema dessa afirmativa são os efeitos típicos aos quais o autor se refere, que são justamente a subordinação dos meios de produção (notadamente trabalho e terra) à lógica de mercadorias. Uma vez que a máquina seja complexa e especializada, só é possível operar sem prejuízo caso os elementos necessários à produção estejam disponíveis no mercado para serem comprados, de modo a minimizar os riscos de interrupção da produção. (POLANYI, 2000, p. 60)

Apesar de logicamente coerente, existe uma circularidade no argumento, a saber: os tais efeitos típicos aos quais Polanyi se refere só poderiam se verificar numa sociedade de mercado; uma vez que apenas nela se manifestam os condicionantes peculiares do capitalismo, sejam eles, a competição, a busca do lucro e a acumulação, sem os quais não haveria a pressão transformadora que o argumento busca elucidar. O problema é que tais condicionantes não existiriam pela tese do autor, dado que não havia uma sociedade de mercado formada e atuante.

Aprofundando a leitura de Polanyi, é possível identificar o significado de que a mudança social - o surgimento da sociedade de mercado - é uma decorrência lógica da aplicação de máquinas ao processo produtivo. Isso cria uma ordem determinada de precedência dos fenômenos, a Revolução Industrial antecede e condiciona a formação da sociedade de mercado, o que abre espaço para uma segunda crítica por parte de Wood, já que Polanyi faz algumas suposições implícitas que comprometem a análise, ao identificar o surgimento do capitalismo com a Revolução Industrial, colocando-a no princípio da transformação das relações sociais.

A problemática do funcionamento de uma indústria mecanizada só poderia acontecer nos termos de Polanyi se já houvesse, como plano de fundo, as pressões típicas do capitalismo: competição, busca do lucro e necessidade de acumulação. Ou seja, o argumento de Polanyi é circular. O estabelecimento de uma sociedade de mercado teria acontecido mediante a aplicação de máquinas complexas num ambiente já submetido às pressões da sociedade de mercado. (WOOD, 2001, p.34)

Em termos gerais, Polanyi, ao estabelecer a ordem de precedência da Revolução Industrial frente à formação da economia de mercado pressupõe o objeto que deseja explicar. É logicamente impossível que a revolução industrial, entendida no seu sentido de revolução social, seja a origem e o fruto da sociedade de mercado.

Assim, a crítica de Wood cria uma lacuna na explicação de Polanyi, remove-se o elemento-chave da grande transformação que o autor deseja explicar, o elo entre as sociedades com mercado e a sociedade de mercado. Entretanto, é interessante observar como a parte propositiva da obra de Wood dialoga com a narrativa proposta por Polanyi, sendo possível encontrar no trabalho da autora, justamente o elemento que falta para a explicação de Polanyi. Com isso, a crítica de Wood ao invés de sepultar a contribuição de Polanyi, a revive de maneira mais robusta.

1.3 – O imperativo capitalista como solução teórica

A crítica de Wood (2001) a Polanyi pode ser definida, em termos gerais, como uma análise do debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo. Segundo ela, as grandes leituras sobre a transição contém uma falha lógica fundamental. Em todas elas o capitalismo é tido como uma oportunidade a ser aproveitada, quando deveria ser tomado como um imperativo. (WOOD, 2001, p.13 e p.84)

Tomar o capitalismo como oportunidade significa tomá-lo como um aspecto da natureza humana - as pessoas agiriam segundo as regras capitalistas uma vez que tenham liberdade para tal - e pressupô-lo como uma realidade dada, sem levar em conta o seu caráter histórico. (WOOD, 2001, p.13)

Vale dizer que Wood não coloca Polanyi nessa categoria. Para ela, ele foi um dos poucos que desconstruiu o caráter natural do capitalismo, mas não teria dado o salto que explica a gênese desse sistema. (WOOD, 2001, p.29)

É possível identificar na obra de Wood (2001) duas linhas principais no debate sobre a transição. De um lado encontram-se os defensores do modelo mercantil que naturaliza o capitalismo e problematiza a transição apenas como uma remoção dos entraves feudais, sendo

isso suficiente para fazer o capitalismo aflorar. De outro, os autores marxistas que podem ser divididos em duas correntes, a de Dobb e a de Sweezy.

A proposição principal de Dobb é a de que a origem do capitalismo é fruto da pressão senhorial pela obtenção do excedente, o que intensificaria o conflito de classes presente no feudalismo e geraria a mudança. Nessa visão, não há antagonismo entre o crescimento do comércio no fim da Idade Média e do feudalismo. (WOOD, 2001, pp.38-39)

Noutra corrente, Sweezy argumenta que a estabilidade do feudalismo somente poderia ser quebrada por meio de uma pressão externa. Essa força que gerou a transição estaria associada ao incremento do comércio, mas o comércio não seria veículo inequívoco do capitalismo. Sweezy não vê um enfrentamento direto entre os dois sistemas, de modo que a queda do feudalismo não significaria necessariamente a ascensão do capitalismo. (WOOD, 2001, p.39)

O ponto central em ambas as correntes marxistas é o caráter oportuno do capitalismo. Para Dobb, o capitalismo existiria dormente dentro do feudalismo e afloraria tão logo surgisse a oportunidade, isto é, tão logo os grilhões representados pelas instituições feudais fossem abolidos. Para Sweezy, deveria surgir um contraponto externo ao feudalismo, no caso, o absolutismo, que o enfraquecesse de tal modo a permitir a liberação das forças capitalistas.

O problema dessas leituras, segundo Wood, é que ambas já pressupõem o objeto, no caso o capitalismo, cuja origem desejam explicar. Tanto para Dobb quanto para Sweezy, a origem do capitalismo é antes uma origem da liberdade do capitalismo, porque a sua origem verdadeira seria a própria origem da humanidade. O problema de fato torna-se explicar porque o capitalismo foi liberto nesse momento e não em outro.

Em oposição a essa interpretação padrão do capitalismo como oportunidade, Wood recupera a tese de Brenner, que parte do princípio oposto, isto é, o capitalismo não seria uma questão de oportunidade, mas de imperativo. (WOOD, 2001, p.53)

A proposta de Brenner é, em certo sentido, uma síntese entre as propostas de Dobb e Sweezy, uma vez que buscou explicar a transição pelas contradições internas do sistema, sobretudo pelas relações de propriedade não reconheceu algum tipo de proto-capitalismo que

ameaçasse o feudalismo, não interpretando a transição como uma disputa entre dois modelos. (WOOD, 2001, p.51)

A contribuição que Wood (2001) traz é justamente a percepção de uma diferença fundamental da tese de Brenner, a natureza imperativa do mercado na transição. Ao analisar as relações no campo inglês do século XVII, Brenner nota que a Inglaterra possuía regras específicas de reprodução e essas regras fornecem a diferença histórica fundamental que coloca a novidade capitalista.

O processo de centralização do poder iniciado com a invasão normanda do século XI teria construído um Estado com força suficiente para remover da aristocracia rural os poderes de coerção extraeconômicos, isto é, a capacidade política de extrair renda, tornando-a mais dependente dos meios econômicos, notadamente dos incrementos de produtividade para a obtenção do excedente necessário à sua reprodução como classe. Simultaneamente, os arrendatários do campo inglês ficaram à mercê do mercado de arrendamentos, uma vez que seus contratos eram determinados em dinheiro, a venda da produção era necessária para garantir o acesso à terra. De forma mais dramática, a perda de mercado para seus produtos correspondia, para o camponês arrendatário, à perda dos próprios meios de subsistência e reprodução. (WOOD, 2001)

É justamente a partir da reflexão sobre a tese de Brenner que as categorias propostas por Wood, de oportunidade e imperativo, tornam-se cruciais. A concepção tradicional acerca da oportunidade não explica, por exemplo, o caso francês. Se o ser humano, em estado de liberdade se comporta como capitalista, os camponeses franceses da mesma época, com a garantia da posse da terra em pagamentos fixos - com plenos direitos sobre suas propriedades - deveriam ter sido fundadores do sistema capitalista.

Mas o que se verificou foi justamente o oposto, apesar de tanto franceses quanto britânicos estarem equivalentemente livres das amarras feudais sobre a propriedade da terra restava como diferença marcante apenas o fato de os camponeses franceses estarem fora das pressões mercadológicas, ao passo que seus correlatos britânicos estavam submetidos a elas. (WOOD, 2001, p.85)

A partir da leitura de Wood, podemos elaborar uma síntese de suas ideias com as de Polanyi para respondermos à circularidade presente em *A grande transformação*. Se

substituímos o elemento da máquina complexa como pivô da transição pelo imperativo de mercado, apontado por Wood, deixaremos o argumento polanyiano mais sólido.

Em termos concretos o imperativo de mercado é a existência de regras de reprodução subordinadas ao mercado, especificamente ao de terras. Assim, o passo lógico seguinte é a explicação acerca de como o mercado de terras foi instituído na Inglaterra.

Em linhas gerais, podemos afirmar que o argumento de que a mercantilização do campo inglês através da mudança das leis de propriedade sobre a terra fez com que tanto os produtores rurais quanto os donos de terra tivessem que recorrer ao mercado para garantir a sua reprodução social é uma explicação muito mais robusta do que o determinismo tecnológico presente na argumentação de Polanyi sobre o efeito das máquinas complexas em uma sociedade comercial.

Uma vez resolvido o problema da transição, podemos voltar as atenções ao problema principal de *A grande transformação*, isto é, vamos analisar as categorias analíticas propostas por Polanyi para a compreensão da vida econômica fora do paradigma mercantil.

CAPÍTULO II – A ANTROPOLOGIA ECONÔMICA DE POLANYI EM A GRANDE TRANSFORMAÇÃO

A necessidade deste estudo agora se volta para o aspecto propositivo da teoria polanyiana. Uma vez que o mercado não é o elemento organizador da vida econômica, é preciso determinar o que assume esse papel nas sociedades não mercantis. Para satisfazer a essa necessidade, torna-se necessário recorrer à antropologia econômica desenvolvida por Polanyi, em *A grande transformação*, tanto na análise da formação dos mercados ingleses - que leva ao conceito de mercadorias fictícias - quanto na interpretação dos princípios de organização econômica: redistribuição, a reciprocidade, a domesticidade e a permuta.

Diante disso, este capítulo tem como objetivos: 1) compreender a proposta feita por Polanyi sobre o que define um mercado e qual a diferença entre esse conceito e as demais formas de organização da vida econômica; e 2) analisar o caso geral da origem dos mercados, conforme posta em Polanyi, e depois o caso inglês, destacando como foi feita a mercantilização dessa sociedade ao longo da Revolução Industrial.

II.1 – Definição de mercado e a sua presença nas sociedades pré-industriais: os princípios da reciprocidade, da redistribuição e da domesticidade

Um ponto crucial para Polanyi é a distinção entre mercado e troca, o que abre a possibilidade de a vida econômica de uma sociedade ser organizada por sistemas não mercadológicos. Para o autor, sistema de mercado define-se como:

“A transformação [de uma sociedade não mercantil em uma mercantil] implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. Todas as transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial. Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda”. (POLANYI, 2000, p.60)

Uma economia de mercado, portanto, é aquela na qual: existe uma moeda que funciona como denominador comum a todas as transações; todas as rendas são derivadas de alguma venda no mercado, ou vistas como tal; e o lucro é a motivação principal de toda atividade econômica, isto é, referente à vida material.

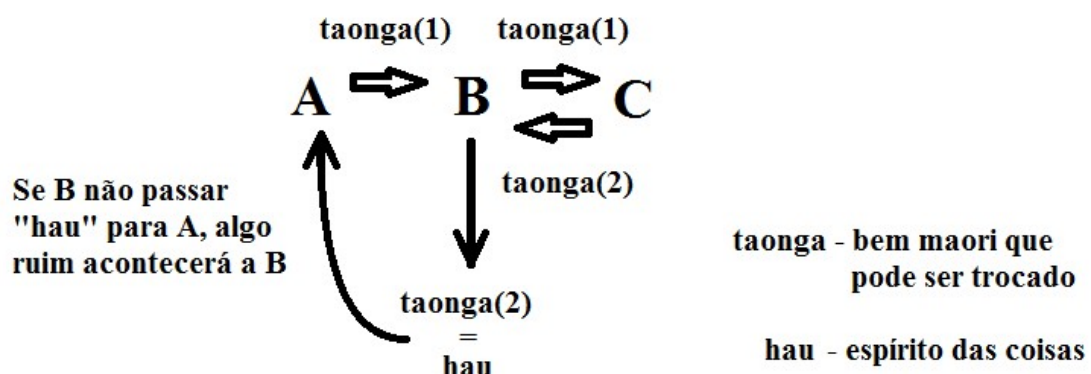
Uma vez definido o conceito, é preciso confrontá-lo com a experiência de outras sociedades que não vivem em um sistema de mercado, mesmo que possuam mercados estruturados em seu interior, pois, como afirma o autor:

“(...) o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana. Embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica.” (POLANYI, 2000, p.62)

Assim, diferentemente do sistema de mercado, no qual o lucro é o fator determinante, a economia não mercadológica deve ser determinada por outros princípios. Inicialmente, Polanyi nos aponta dois: o da reciprocidade e o da redistribuição.

O princípio da reciprocidade se define como um equilíbrio nas trocas. A cada objeto dado corresponde um objeto recebido, mas não necessariamente em um sistema bilateral. Por exemplo, Mauss, em *Ensaio sobre a dádiva*, apresenta o caso das trocas dos Maoris na Polinésia. Para aqueles, os bens dados são dotados de uma força espiritual capaz de destruir o indivíduo, o que garante a retribuição das trocas, “*porque contêm dentro deles essa força, caso o direito, sobretudo a obrigação de retribuir, não seja observado.*” (MAUSS, 2003 [1925], p.197)

Nesse caso, o princípio da reciprocidade se manifesta na existência do “hau”, o espírito das coisas. Supondo que um indivíduo Maori (A) presenteia com um bem (taonga) outro indivíduo (B) e esse segundo passa esse mesmo bem a um terceiro (C) envolvido, o presente que o segundo Maori receber de C em retribuição será o hau do presente que



recebera de A. O Maori B deverá, portanto, dar o presente que recebeu de C ao primeiro indivíduo, do contrário, algo ruim acontecerá a B.

O segundo princípio, o da redistribuição, em geral, baseia-se no acúmulo de bens nas mãos de um chefe ou família importante que os redistribui, de modo a garantir sua posição social, o que torna os receptores desses bens seus devedores e apaniguados.

É importante ressaltar que economias baseadas na redistribuição não necessariamente desconhecem a moeda. Muitas, inclusive, usavam moedas metálicas, mas dependiam fundamentalmente dos pagamentos em espécie, como, por exemplo, a economia babilônica no governo de Hammurabi.

Na Babilônia antiga, foi montado um complexo sistema de extração e distribuição de cobre, baseado em preços e moedas, mas que não significavam mercado, uma vez que todas as trocas eram a realização de um contrato unilateral regido por normas sociais externas ao âmbito dessas trocas.

Os “preços” sob os quais funcionavam essas trocas não eram de forma alguma gerados pelo mecanismo de mercado, mas, sim, por meio de contratos de longo prazo, de modo que não havia qualquer risco de prejuízo por um diferencial de preços de compra e venda desfavorável. Inclusive, seria mais correto defini-los como “equivalências”, no sentido de que cada bem possuía uma equivalência em prata, o bem numerário dessa economia. (POLANYI, 1957)

É fundamental ressaltar que nenhum desses princípios significa, por si mesmo, pequeno volume de trocas ou ausência de exploração social. No caso do princípio da reciprocidade:

“De forma alguma deve-se concluir que os princípios socioeconômicos desse tipo são restritos a produtores primitivos ou pequenas comunidades, e que uma economia sem lucro e sem mercado deve ser simples, necessariamente. O circuito Kula, da Melanésia Ocidental, com base no princípio da reciprocidade, é uma das mais completas transações comerciais já conhecidas pelo homem.”(POLANYI, 2000, p.69)

Se tomarmos o princípio da redistribuição, teremos o exemplo da dominação por meio do chefe de Estado da Babilônia, cuja economia se organizava segundo esse princípio.

Retomando o exemplo do sistema de extração e distribuição de cobre, a garantia exercida pelo poder governamental era a da força de lei, à qual estava atrelada a ameaça aos grupos que executavam as atividades de comércio: *“Em caso de fraude ou da infração das regras da lei, as mais severas punições são aplicadas.”*¹⁵(POLANYI, 1957, p.21)

Um argumento tradicionalmente apontado contra o argumento polanyiano acerca da não centralidade do mercado na vida econômica dos povos antigos é a presença bastante difundida da moeda. A esse respeito, podemos encontrar em Maucourant (2000, p. 21) uma reflexão sobre o papel da moeda nessas sociedades e como essas funções afetam drasticamente a interpretação a respeito dos preços descritos por Polanyi.

*“Polanyi opõe a moeda ‘de todos os usos’ dos modernos às moedas da antiguidade ‘de usos específicos’, que se limitam, por vezes, a funções únicas (a conta, o pagamento ou a troca) ou cujo campo de aplicação é extremamente restrito ao interior de uma função reconhecida. A originalidade de Polanyi é de ligar a instituição das funções monetárias às formas de integração, o que nos permite compreender quais determinações econômicas e sociais foram decisivas para a origem e o lugar das antigas moedas na sociedade”.*¹⁶

Nessa linha, mesmo as práticas bancárias não tem necessariamente caráter mercantil, tendo, por vezes, a atribuição de organizar o princípio de redistribuição, como fica claro no próprio caso babilônico: *“Polanyi notava, de qualquer forma, que as práticas antigas do banco, se tratando da Mesopotâmia, especificamente, contribuíam para evitar as práticas monetário-mercantis, porque o “banco mesopotâmico” era fruto das exigências redistributivas”*¹⁷.

Por fim, um terceiro princípio, historicamente posterior aos outros dois, é o da domesticidade, isto é, a *“produção para uso próprio”* (POLANYI, 2000, p.73). Esse princípio surge apenas em estágios mais avançados da agricultura, mas mesmo o seu aparecimento não significa que havia motivação pelo lucro, tampouco a instituição de

¹⁵ Tradução minha de: *“In case of fraud or the infringement of the rules of the law, the severest penalties are applied.”*

¹⁶ Tradução minha de: *“Polanyi oppose donc la monnaie “ tous usages ” des modernes aux monnaies anciennes “ à usages spécifiques ”, qui se limitent parfois à des fonctions uniques (le compte, le paiement voire l’échange) ou dont l’aire d’application est extrêmement cloisonnée à l’intérieur même d’une fonction reconnue. L’originalité de Polanyi est de lier l’institution des fonctions monétaires aux formes d’intégration, ce qui nous permet de comprendre quelques déterminations économiques et sociales qui ont été décisives pour l’origine et la place des anciennes monnaies dans la société.”*

¹⁷ Tradução minha de: *“Polanyi notait d’ailleurs que les pratiques anciennes de la banque, s’agissant de la Mésopotamie notamment, contribuent à l’évitement de véritables pratiques monétaro-marchandes¹⁵⁰, car la « banque mésopotamienne » est le fruit des exigences redistributives”*

mercado, uma vez que a motivação do uso é diferente da motivação do ganho. (POLANYI, 2000)

Apesar de o princípio da domesticidade estar claramente enunciado em *A grande transformação*, Kirk (2007, p.187) defende que Polanyi não o distinguiu de maneira satisfatória do princípio da redistribuição:

“(...) ‘domesticidade’ era uma característica não das sociedades agrárias primitivas, mas das complexas. Polanyi usou a categoria, entretanto, hesitantemente e apenas de maneira intermitente. O problema reside em distinguir claramente ‘domesticidade’ de ‘redistribuição’. O próprio Polanyi aponta que o princípio da domesticidade, centrado nas atividades alocativas do dono da unidade produtiva, ‘é, na verdade, redistribuição em uma escala menor’”¹⁸

Nessa leitura, a domesticidade seria antes um caso particular de redistribuição do que propriamente um princípio separado, embora apareça como tal em *A grande transformação*. É possível, portanto, organizar a vida econômica das sociedades não mercantis a partir dos dois primeiros princípios, de caráter mais amplo, apesar de ser importante também reconhecer o princípio da domesticidade a partir de seu potencial descritivo das células de produção.

II.2 – A formação do mercado: o princípio da permuta

Resta agora, analisar o quarto princípio ao qual a formação do mercado estava atrelada: o da permuta, isto é, o da compra e venda. Para que esse princípio seja colocado em prática, funcione e seja capaz de produzir preços, é necessário existir o padrão de mercado. Esse padrão é responsável por criar uma instituição nova, capaz de regular a economia, e, em última instância, no caso do sistema de mercado visto no século XIX, a sociedade quando “[e]m vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas na economia.” (POLANYI, 2000, p.77)

Polanyi propõe que a origem dos mercados não é fruto da propensão individual à permuta, mas, sim, decorrência do comércio de longa distância. Apesar de esse tipo de

¹⁸ Tradução minha de: “‘householding’ was a feature not of primitive but of complex agrarian societies. Polanyi used the category, however, hesitantly and only intermittently. The problem lay in clearly distinguishing ‘householding’ from ‘redistribution.’ Polanyi himself pointed out that the householding pattern, centering as it does on the allocative activities of the householder, ‘is actually redistribution on a smaller scale.’”

comércio ser, inicialmente, uma transação unilateral, mais próximo à aventura e à pirataria, ele se torna bilateral conforme surgem elementos de aceitação e paz entre as partes envolvidas nessas trocas. Entretanto, isso é insuficiente para constituir um mercado, uma vez que esses elementos que concedem o caráter bilateral a uma transação entre povos diferentes podem surgir numa economia organizada pelos outros três princípios. (POLANYI, 2000, p.80)

A transição para a permuta pode ocorrer, por exemplo, quando o poder local exige uma contrapartida da expedição estrangeira de comércio. Qualquer que seja a forma como se deu a mudança, é certo que “*num estágio posterior os mercados se tornaram predominantes na organização do comércio exterior*”. (POLANYI, 2000, p.80)

Uma vez que o comércio externo é de natureza distinta do comércio interno, sendo o primeiro relativo a produtos inexistentes em uma região e o outro relativo a produtos da vida cotidiana, Polanyi argumenta que não é possível explicar o surgimento de mercados locais como simples transbordamentos dos mercados externos. Isto é, a estrutura de trocas do mercado exterior é montada para atender a uma necessidade que de outro modo seria inviável, dado que essa é uma demanda por produtos inexistentes no país. Por outro lado, a procura por bens cotidianos já é atendida pela organização produtora local, não sendo necessário alterar a estrutura alocativa.

Se focarmos na análise dessa diferença estrutural, torna-se implausível que haja um movimento espontâneo de ajuste da organização interna à externa. Também não é possível atribuir o surgimento de uma economia de mercado aos atos individuais de permuta, dado que, mesmo sendo frequentes em diversas sociedades, eles possuem caráter secundário, não atendendo às necessidades vitais desses grupos.

A origem do mercado deveria ser outra. Polanyi aponta a intervenção estatal como força criadora dos mercados nacionais (POLANYI, 2000, p.84). Para o autor, o sistema mercantil foi a resposta dada pelos Estados nacionais aos desafios da época da revolução comercial.

Até aqui foi respondido como se deu a criação dos mercados. Agora é importante aprofundar a questão rumo ao surgimento de um tipo específico de mercado: o autorregulável.

Embora o surgimento do princípio da permuta como orientador de alguma parte da vida econômica seja algo obscuro, Polanyi afirma que seu surgimento não representou uma guinada sem volta a um sistema de mercado, visto que: *“A paz de mercado era garantida ao preço de rituais e cerimônias que restringiam seu objetivo, enquanto asseguravam sua capacidade de funcionar dentro dos estreitos limites dados.”* (POLANYI, 2000, p.82)

Isso é precisamente o oposto do contexto do século XIX, no qual se acreditava que os mercados deveriam ditar os rumos da sociedade, e não o contrário. Justamente por existirem historicamente os mecanismos socioculturais de controle dos mercados, é lícita a conclusão do autor de que a formação de um mercado autorregulável não se deu naturalmente pelo crescimento e junção de pequenos mercados, mas, sim, por efeitos estimulantes artificiais. (POLANYI, 2000, pp.77-78)

Contudo, a partir do momento em que o mercado se torna responsável pela provisão dos bens cotidianos, criam-se novos problemas que precisam ser resolvidos, notadamente naquilo que tange às mercadorias fictícias.

II.3 – As mercadorias fictícias

A grande inovação do século XIX foi a emergência do mercado autorregulável, isto é, da criação de um sistema no qual toda produção se destinava à venda no mercado e havia mercados para todos os bens e para o trabalho, a terra e o dinheiro (POLANYI, 2000, p.90). Entretanto, o trabalho, a terra e o dinheiro não são mercadorias, uma vez que o *“postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para a venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. (...) A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia”*. (POLANYI, 2000, p.94)

II.3.1 – O mercado de terras

Apesar de não ser o primeiro dos mercados analisado por Polanyi em seu argumento sobre as mercadorias fictícias (o autor inicia pelo mercado de trabalho), a alteração da ordem

se justifica pela contribuição de Wood apresentada anteriormente. Se questionamos a visão de Polanyi de que é a máquina o elemento que desencadeia o processo de constituição da sociedade de mercado, e adotamos a tese de Brenner de que é a necessidade dos camponeses e dos senhores de terra de acessar o mercado para garantir as condições de reprodução social que constitui o imperativo fundamental do qual a sociedade de mercado se origina, então é fundamental partirmos da análise do mercado de terras.

A constituição de um mercado de terras, na verdade, a mercantilização da natureza, é descrita por Polanyi como *“talvez o empreendimento mais fantástico dos nossos ancestrais”* (POLANTI, 2000, p.214). Se, para todas as sociedades não capitalistas, a natureza é uma existência indissociável do homem, sendo um componente vital, a criação de uma economia de mercado necessitava incorporar também essa esfera da vida no circuito de compra e venda. (POLANYI, 2000, p.214)

“A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. (...) Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo sem mãos e pés. E no entanto, separar a terra do homem e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito utópico de uma economia de mercado.” (POLANYI, 2000, p.214)

Polanyi (2000, p.215) aponta três estágios para a mercantilização da terra. O primeiro é a comercialização direta dos solos, eliminando os laços feudais de posse e propriedade. Em seguida, há o aumento na produção de alimentos voltados para as demandas dos centros urbanos. Por fim, se dá a extensão desse sistema para os territórios coloniais.

Essas etapas não são homogêneas nem completamente lineares, e, em grande medida, o novo sistema de relacionamento com a terra conviveu com o antigo. Mais do que isso, a transição de um regime feudal para um capitalista não se deu de forma espontânea, mas como dito antes, foi implantada conscientemente pelos governos.

A transformação do sistema causou uma série de traumas sociais, mas o *“fato desse transtorno ser rapidamente absorvido ou causar um ferimento aberto no corpo social dependeu basicamente das medidas tomadas para regular o processo. Os próprios governos introduziram fatores poderosos de mudança e ajustamento.”*(POLANYI, 2000, p.216)

Podemos retomar o caso inglês, no qual o governo passou por dois momentos. No primeiro, a monarquia tentara reverter a tendência da mercantilização da terra, ação que,

embora não tenha de fato impedido os cercamentos ou a criação da economia de mercado, foi efetiva para controlar o ritmo da mudança, e “[j]ustamente desse ritmo dependia, principalmente, saber se os despojados poderiam ajustar-se às condições modificadas sem danificar fatalmente a sua substância humana e econômica, física e moral (...)” (POLANYI, 2000, p.56).

No segundo momento, com a derrota da monarquia, o governo deixa de ser um governo dos aristocratas e passa a representar os mercadores, a nova classe ascendente, adotando políticas que, ao longo da Revolução Industrial, expandiram os domínios dos mercados sobre as diferentes esferas da vida cotidiana (POLANYI, 2000, p.57).

Essas mudanças no relacionamento com a terra estão assentadas nas demandas das novas formas de capitalismo que foram surgindo, se diferenciando da forma puramente comercial. A dinâmica dos cercamentos estava atrelada à expansão do capitalismo agrícola. Já as etapas posteriores (incremento da produção de alimentos e expansão em direção às colônias) acompanhavam a demanda do capitalismo industrial dos séculos XVIII e XIX. (POLANYI, 2000, p.215)

O ponto mais importante apontado por Polanyi é a não naturalidade no processo. Por mais que a incorporação da natureza a uma lógica de mercado tenha estado atrelada às demandas do capitalismo, a transformação foi dotada de intencionalidade (a exemplo dos governos do Parlamento Inglês).

Construir um mercado de terras significava desarticular o elemento humano da natureza, o que contrariava toda a experiência histórica anterior. Por mais que o mercado fosse um elemento incipiente da vida humana desde a Idade da Pedra, as suas regulamentações (legais ou culturais) mantiveram os elementos da vida cotidiana apartados da sua dinâmica. (POLANYI, 2000, p.62)

Mercantilizar a natureza foi antinatural, no sentido de que era algo completamente novo na história humana. Portanto, só poderia ser feito mediante uma revolução institucional, levada a cabo pelo projeto de sociedade liberal, descrito por Polanyi como “*uma fê emocional na espontaneidade*” (POLANYI, 2000, p.51), que introduziu estímulos artificiais no corpo social de modo a gerar o sistema de mercado autorregulável. (POLANYI, 2000, pp.77-78)

II.3.2 – O mercado de trabalho

Uma vez que o mercado de terras esteja estabelecido e o imperativo do mercado se faça sentir, o passo lógico seguinte consiste em estudar como a mão de obra, sobretudo a campesina, se insere no novo esquema social ditado pelo mercado agrícola inglês.

Nesse aspecto, o primeiro fenômeno analisado por Polanyi é a criação de um mercado de trabalho competitivo na Inglaterra, o que foi responsável pela completa desarticulação da vida e da sociedade, e que, segundo o autor, só ocorreu quando “*a ausência de um mercado de trabalho provou ser um mal ainda maior para o próprio povo comum do que as calamidades que acompanhariam sua introdução*” (POLANYI, 2000, p.99).

O contexto do surgimento dessa nova forma de organização é o pauperismo rural que assolou a Inglaterra até meados do século XIX. Polanyi identifica como causa desse pauperismo os efeitos deletérios sobre a renda do trabalhador, causados pela instituição da Speenhamland, uma tabela que garantia ao trabalhador rural uma renda de subsistência independente do trabalho.

Entretanto, uma vez que a economia inglesa já se organizava em mercados, a produção do campo buscava seu sentido na venda de seus produtos, assim, era racional ao produtor rural procurar reduzir seus custos contratando o trabalho mais barato possível.

Simultaneamente a essa dinâmica rural, havia uma dinâmica urbana atrelada ao comércio exterior que, apesar de absorver crescentes contingentes de mão de obra no longo prazo, passava por surtos de demissões que desalojavam trabalhadores e os enviavam de volta ao campo, onde eles tinham vínculos sociais que os permitiam sobreviver ao desemprego; além de contarem com a renda garantida pela Speenhamland, o que gerava uma oferta irrestrita de mão de obra disponível no setor rural.

Atrelado a isso, não havia qualquer incentivo para que o trabalhador produzisse para o empregador, já que sua subsistência estava garantida pela Speenhamland, e ele não obteria um salário maior, dados os elementos mencionados acima. Portanto, essa legislação foi

responsável, segundo Polanyi, por, simultaneamente, travar a criação de um mercado de trabalho competitivo e gerar uma massa de indigentes rurais.

Entretanto, apesar de a Speenhamland beneficiar, por seu texto, as camadas sociais mais pobres, o autor aponta que os grandes proprietários rurais foram os que mais ganharam com essa legislação, uma vez que eles puderam transferir o ônus dos tributos que financiavam os pagamentos da Speenhamland para os pequenos camponeses, via depreciação salarial.

Essa transferência foi possível já que esses pequenos produtores tanto não eram beneficiados pela lei quanto eram obrigados a trabalhar, já que a renda proveniente de suas terras era insuficiente para sua própria subsistência. (POLANYI, 2000, p.121)

A solução para o pauperismo no campo, de acordo com a visão da época, era:

“A solução estava na abolição da legislação elisabetana, sem substituí-la por qualquer outra. (...) O trabalho deveria ser manuseado como aquilo que ele era – uma mercadoria que deve encontrar seu preço no mercado. As leis do comércio eram as leis da natureza e, portanto, as leis de Deus.” (POLANYI, 2000, p.143)

II.3.3 – As consequências para a economia política

A crise da Speenhamland e a supressão da legislação elisabetana legaram um cenário particular para os observadores da época, que formularam a economia política e as bases do pensamento liberal.

Nesse cenário, os atores intelectuais do momento histórico buscaram um sistema que explicasse os fenômenos que eles observavam: o pauperismo do campo inglês e a desarticulação social que acontecia.

Porém, como Polanyi aponta:

“Nenhum sistema unitário poderia ter explicado os fatos, pois eles não eram parte de qualquer sistema único e eram, na verdade, o resultado da ação simultânea de dois sistemas mutuamente exclusivos sobre o corpo social, isto é, uma economia de mercado nascente e uma regulamentação paternalista na esfera do fator mais importante da produção, o trabalho.” (POLANYI, 2000, p.152)

O artifício teórico usado para solucionar o problema foi o naturalismo. Townsend (1817 [1786]) formula o argumento inicial das cabras e dos cães. Segundo a anedota, na ilha de Juan Fernandez, território sem governo e sem leis, havia um equilíbrio da população de cabras e cães, que se mantinha porque os cães caçavam as cabras para se alimentar e essas tinham de fugir para as áreas montanhosas da ilha. As dificuldades de caça e de fuga garantiam a estabilidade populacional do ecossistema, não sendo necessários leis ou governos que interferissem.

Esses elementos naturais que povoavam a dinâmica da ilha de Juan Fernandez foram traduzidos para a economia inglesa na forma da lei da população de Malthus e da lei de rendimentos decrescentes de Ricardo. Em última análise, eram elementos naturais, e não políticos, os determinantes da economia. (POLANYI, 2000, p.142)

Essa abordagem naturalista da dinâmica social representou a base do pensamento da época. Uma vez que mesmo sendo possível para a ciência econômica ortodoxa construir suas fundações na estabilidade de preços, a miséria no campo era inexplicável sem o mergulho na natureza. (POLANYI, 2000, pp.150-151)

Assim, a economia política não conseguiu formular uma leitura completa sobre o capitalismo, porque o seu objeto de análise não era uma economia de mercado completa, mas, sim, uma economia sem um mercado de trabalho competitivo. (POLANYI, 2000, p.152)

A principal consequência das formulações naturalistas foi o acúmulo secular de legitimidade, pois “[à] medida que as leis que governavam uma economia de mercado iam sendo apreendidas, essas leis eram colocadas sob a autoridade da própria natureza.” (POLANYI, 2000, p.152)

Retomaremos a discussão no capítulo 3, quando será feita a análise da teoria formalista do *mainstream* econômico.

II.3.4 – O mercado de dinheiro

Segundo Polanyi (2000, p.163), *“não eram apenas os seres humanos e os recursos naturais que tinham que ser protegidos contra os efeitos devastadores de um mercado autorregulável, mas também a própria organização da produção capitalista”*.

A grande ameaça às empresas e, conseqüentemente, à organização produtiva era a flutuação do preço. Essa variação podia ser causada por alterações no mercado no qual a empresa atuava ou em consequência da organização do mercado monetário. (POLANYI, 2000, p.162)

Toda queda de preços prejudica as receitas de uma empresa; se a queda é causada por alterações nos custos (custos menores em um sistema de mercado competitivo pressionam os preços finais para baixo), o equilíbrio da empresa é recomposto. Porém, se a baixa de preços é causada pela organização do mercado monetário, o que, segundo Polanyi (POLANYI, 2000, p.162) era exatamente o que acontecia sob um mercado autorregulável de dinheiro, a queda de custos não responde imediatamente. De fato, no longo prazo, a queda dos preços finais não necessariamente afeta os custos, visto que os estes caem de forma correspondente (POLANYI, 2000, p.228).

O problema dessa abordagem é que o longo prazo é uma unidade de tempo teórica. A empresa atuante no mercado trabalha com preços contratados, a exemplo do contrato de trabalho, que demandam lapsos de tempo rígidos antes de serem alterados, ao contrário dos seus produtos de venda, cujo preço é mais suscetível a mudanças. Mais do que isso, a empresa precisa reestruturar seu balanço dentro dos limites dos seus contratos, não necessariamente podendo postergar suas obrigações até que venha o ajuste de longo prazo.

O princípio da organização monetária da época era a noção de que o dinheiro deve ser uma mercadoria como as demais, portanto, sua oferta e procura devem ser regidas pelas mesmas leis do mercado. Nesse sentido, se o ouro é a forma de mercadoria do dinheiro, quaisquer notas bancárias devem simplesmente representar esse ouro. (POLANYI, 2000, p.163)

Se o ouro é o dinheiro, não é possível aumentar a quantidade de moeda na economia sem ou ampliar a oferta de ouro ou reduzir a oferta de mercadorias não monetárias. Uma vez que a oferta de ouro é relativamente escassa e estática, em função de sua disponibilidade natural, a sua ampliação é consideravelmente restrita. (POLANYI, 2000, p.229)

Nesse contexto, sempre que o volume de negócios aumentar, isto é, a oferta de mercadorias não monetárias aumentar, haverá uma escassez de dinheiro, forçando uma baixa nos preços.

Assim, seria necessário desenvolver algum mecanismo que amortecesse os efeitos nocivos sobre os setores mais afetados pelas variações no estoque de ouro. No caso inglês, o sistema de crédito do Banco da Inglaterra serviu como sistema de amortecimento:

“Centralizando o fornecimento de crédito num país era possível impedir o deslocamento total dos negócios e do emprego, envolvidos na deflação, e organizar a deflação de modo a absorver o choque e distribuir sua carga sobre todo o país. Na sua função normal, o banco estava amortecendo os efeitos imediatos das retiradas de ouro sobre a circulação de notas, bem como sobre a circulação diminuída de papéis de negócios.” (POLANYI, 2000, p.230)

Polanyi (2000, p.234) também aponta que a maior contribuição da instituição do Banco Central, responsável por essa estratégia, foi a introdução da política monetária na esfera política, o que teve duas consequências muito importantes para as economias nacionais, uma no âmbito interno e outra no externo.

Pelo lado doméstico, a política monetária tornou-se outra forma de intervencionismo, enquanto pelo lado externo representou a criação de sistemas de moedas nacionais, o que reconfigurou o padrão de comércio internacional com a nacionalização do dinheiro. (POLANYI, 2000, pp.234-235)

II.4 – Sistematização das ideias de Polanyi: tensões e críticas

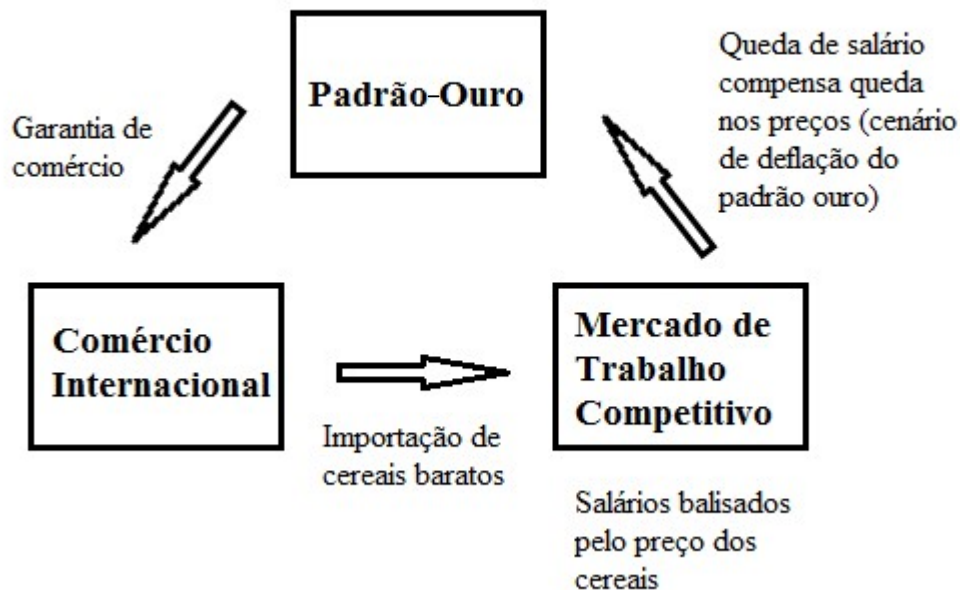
A ideia central na obra de Polanyi é a desconstrução do caráter natural da economia de mercado. Nenhuma economia até a época contemporânea fora dirigida por preços de mercado (POLANYI, 2000, p.63). Nesse sentido, o século XIX marca a ascensão de uma nova forma

de organização da sociedade, a vida material passa a ser regida por um mecanismo de formação de preços que, segundo a visão da época, se constitui autonomamente.

O sistema de mercado é, de acordo com Polanyi, uma construção deliberada e baseada no credo do liberalismo econômico, a vitória política da classe média significou a demanda urgente da criação de um sistema de mercado. (POLANYI, 2000, p.168)

As demandas por mudança na estrutura econômica tomavam três formas. Era preciso criar um mercado de trabalho, o que significava suspender a Speenhamland. Era preciso, também, garantir o padrão-ouro e, simultaneamente, liberalizar o comércio (POLANYI, 2000, p.169). Essas três demandas eram mutuamente dependentes, uma atuava sobre as outras, de modo que na ausência de qualquer delas as demais seriam nocivas.

O padrão-ouro atuava como garantia de comércio, por sua vez, o comércio livre garantia o suprimento de cereais baratos, o que funcionava como base dos salários. Já o mercado de trabalho competitivo significava que os salários podiam ser depreciados diante de um fornecimento de cereais baratos, permitindo a manutenção do padrão-ouro, dado que se criava margem para a redução de custos diante dos riscos de rigidez monetária e de deflação criados pelo padrão-ouro. (POLANYI, 2000, p.170)



Contudo, conforme apontado por Polanyi no argumento das mercadorias fictícias, a autorregulação perfeita é logicamente impossível, porque sempre existem elementos da vida social que não podem ser traduzidos em um sistema de mercado, e, quando são tratados como mercadorias, implicam consequências nocivas ao corpo social.

Assim, as imperfeições no mecanismo de mercado criam tensões cumulativas na sociedade do fim do século XIX; a autorregulação imperfeita é um produto da contradição do próprio mercado. (POLANYI, 2000, p.237)

Uma vez que se tente construir um mercado autorregulável em determinada sociedade, surgem duas possibilidades: ou não existe qualquer forma de protecionismo, aqui entendido como a exclusão de determinados elementos sociais do mecanismo de mercado, ou existe alguma forma de protecionismo.

Não existindo nenhuma forma de proteção, o sistema de mercado, por meio das mercadorias fictícias leva à desarticulação social, o que gera pressão pelo protecionismo. Existindo algum mecanismo de proteção, o mercado deixa de ser perfeitamente autorregulado. O que torna um sistema de mercado, conforme Polanyi o definiu, uma impossibilidade lógica.

Segue a isso que os mecanismos de proteção social não são um entrave ao desenvolvimento do mercado, ao contrário, são uma necessidade para a sua existência, mesmo que de maneira incompleta. Segundo Polanyi:

“Não havia nada natural em relação ao laissez-faire; os mercados livres jamais poderiam funcionar deixando apenas que as coisas seguissem o seu curso. Assim como as manufaturas de algodão – a indústria mais importante do livre comércio – foram criadas com a ação de tarifas protetoras, de exportações subvencionadas e de subsídios indiretos dos salários, o próprio laissez-faire foi imposto pelo estado.”
(POLANYI, 2000, p.170)

Esse paradoxo foi eclipsado por outro, uma vez que, segundo o autor, “[o] laissez-faire foi planejado; o planejamento não”. (POLANYI, 2000, p.172)

II.6 – Tensões e críticas

Uma vez apresentada a teoria de Polanyi, é interessante abordar as leituras críticas já feitas sobre a obra, de modo a enriquecer a estrutura deste trabalho. Para tanto, serão abordadas tanto as tensões internas presentes na obra de Polanyi (a partir de BLOCK, 2001) quanto as críticas dirigidas a ela (HEEJEBU e MCCLOSKEY, 2000).

II.5.1 – Tensões internas

A proposição-chave na análise de Block acerca de *A grande transformação* é a mudança de paradigma teórico de Polanyi durante a escrita desse livro. Para Block, Polanyi se afasta das ideias marxistas, notadamente a ênfase na determinação em última instância da sociedade pela economia. (BLOCK, 2001, p.1)

Cabe aqui um rápido contraponto; Maucourant (2000, pp.9-10) argumenta que há uma proximidade muito forte entre Polanyi e Marx, sobretudo com o jovem Marx, na percepção de que a sociedade pré-moderna era profundamente política, no sentido de que não haveria uma distinção radical entre a vida econômica e a vida social. Assim, considerar as sociedades não mercantis como unidas, a partir de uma lógica político-econômica (a unidade entre os elementos políticos e os econômicos irradiava para todos os aspectos da vida social), implicava considerar as revoltas dentro dessas sociedades como levantes contra os abusos do sistema, não contra o próprio sistema. Entretanto, uma vez que a economia liberal separa a política da economia, fica imposta uma cisão na sociedade, a partir da qual se geram a consciência de classe e as revoltas contra o sistema. Nesse esquema, por mais idealista que essa visão sobre as sociedades antigas possa ser considerada, fica posta a luta de classes como motor da evolução social das sociedades pré-industriais.

A diferença entre Polanyi e Marx, a partir dessa leitura, estaria na interpretação de ambos acerca das sociedades industriais. Enquanto para a visão marxista a economia se configura como esfera autônoma e plena com a Revolução Industrial, a visão polanyiana, admitindo a leitura específica de Block, trabalha com a noção da economia de mercado como

necessariamente enraizada (“*always embedded market economy*”). Segundo Block, essa teria sido a ideia mais poderosa proposta por Polanyi, ideia que teria sido apontada em *A grande transformação*, mas que não teria sido nomeada ou desenvolvida por representar uma divergência teórica muito forte em relação ao seu ponto de partida. (BLOCK, 2001, p.1)

A primeira grande formulação de Polanyi a divergir do marxismo é a noção de mercadorias fictícias. Se, para Marx, o capitalismo gera contradições que levam a crises, para Polanyi, o sistema é construído sobre uma contradição lógica, não podendo funcionar, uma vez que o trabalho, a natureza e o dinheiro não são mercadorias. (BLOCK, 2001, pp.5-6)

Block aponta uma falha na compreensão geral da obra de Polanyi. A leitura mais disseminada é a de que antes do século XIX, e da emergência da economia de mercado, a economia estava enraizada na sociedade, tornando-se uma esfera autônoma daí em diante. Contudo, ao expandir o argumento das mercadorias fictícias, Polanyi explica a necessidade de uma economia enraizada, não podendo, de maneira alguma, existir uma economia autônoma que englobe a sociedade. (BLOCK, 2001, p.6)

“O argumento de Polanyi é que, uma vez que economias de mercado que existem de verdade são dependentes do Estado para administrar a oferta e a demanda das mercadorias fictícias, não pode existir nenhuma economia analiticamente autônoma. Mais além, não faz sentido falar da lógica do mercado ou da lógica da economia, dado que fingir que terra, trabalho e dinheiro são mercadorias verdadeiras é tanto irracional quanto socialmente perigoso.” (BLOCK, 2001, p.7)¹⁹

Entretanto, essa construção lógica é encaminhada por Polanyi em direção a outro problema. Segundo Block, Polanyi aponta simultaneamente que o liberalismo e a resposta protecionista levam a crises inevitáveis como a dos anos 1930. (BLOCK, 2001, pp.10-11)

A tensão que Block aponta é referência a um debate dentro dos círculos polanyianos, Drahokoupil (2004) mostra que existem duas leituras acerca da função do protecionismo. Uma à qual esse autor se filia e defende que os mecanismos de proteção social seriam manifestações da patologia do mercado e, em última instância, geradores de crise; e outra, à qual Block estaria filiado, que defenderia a proteção social como elemento de equilíbrio ao liberalismo econômico.

¹⁹Tradução minha de: “*Polanyi’s point is that since actually existing market economies are dependent upon the state to manage the supply and demand for the fictitious commodities, there can be no analytically autonomous economy. Furthermore, it makes no sense to speak of the logic of the market or the logic of the economy, since pretending that land, labor, and money are true commodities is both irrational and socially dangerous.*”

Drahokoupil (2004, p.843) define a tensão apontada por Polanyi a partir do duplo movimento entre protecionismo e liberalismo mas identifica que a causa da crise é a transformação do conflito em luta de classes, o que significa que o protecionismo, como resposta ao mercado autorregulável foi gerador da crise:

“Polanyi entendeu as dinâmicas da moderna civilização do século XIX como uma tensão entre dois princípios organizadores da sociedade. Cada um tinha suas próprias metas e métodos (i.e., políticas) e seu próprio apoio em forças sociais definidas. O primeiro princípio era o liberalismo econômico. Sua meta era estabelecer o mercado autorregulável usando métodos do laissez-faire e do livre comércio. Esse princípio era defendido pela classe comerciante. O segundo era o da proteção social, voltado para a preservação do homem e da natureza. Esse movimento não tinha base estável. Era apoiado ad hoc por aqueles que eram afetados pelas consequências do mercado auto-regulável (e.g. a classe trabalhadora, camponeses e mercadores). Seus métodos envolviam legislação protetora, associações restritivas (e.g. sindicatos) e outros instrumentos de intervenção. Essa tensão latente levou à crise fascista do começo do século XX, quando o apoio social dos dois princípios ficou cristalizado. A crise tornou-se catástrofe quando o conflito de princípios tornou-se conflito de classes.”²⁰

O problema da formulação de Drahokoupil é que ela ignora a impossibilidade, como aponta Block, de o protecionismo ser gerador de crises, uma vez que ele é manifestação do caráter constantemente enraizado da economia. Drahokoupil parte do pressuposto de que a economia liberal é desenraizada e submetida inteiramente a regras próprias, mas isso é incoerente com a própria construção polanyiana.

Há também um segundo elemento de instabilidade na interpretação de Drahokoupil, a cadeia de causalidade que ele constrói ao colocar o protecionismo como elemento de resposta ao mercado e, inescapavelmente, gerador de crise, deixando apenas o socialismo como resposta lógica (uma vez que o liberalismo é *a priori* impossível) implica a construção de uma lei de desenvolvimento histórica, o socialismo é posto como saída necessária. Entretanto, conforme aponta Hann (1992, p.150) apoiado na biografia de Polanyi:

²⁰ Tradução minha de: *“Polanyi understood the dynamics of modern 19th-century civilisation as a tension between the two organising principles of society. Each had its own aims and methods (i.e. policies) and its own support in definite social forces. The first principle was the principle of economic liberalism. Its aim was to establish the self-regulating market using laissez-faire methods and free trade. This principle was supported by the trading class. The second principle was the principle of social protectionism, aimed at preserving man and nature. This movement had no stable base. It was supported ad hoc by those who were affected by the consequences of the self-regulating market (e.g. the working class, peasants, and merchants). Its methods involved protective legislation, restrictive association (e.g. unions) and other instruments of intervention. This latent tension developed into the fascist crisis at the beginning of the 20th century, when the social support of both principles became localised. The crisis turned into a catastrophe when the conflict of principles turned into the conflict of classes.”*

“Polanyi compartilhava com Marx uma ‘reação visceral’ à ordem social de sua época, i.e., o capitalismo. Mas ele recusava absolutamente a aceitar a noção marxiana de leis de desenvolvimento histórico e acreditava que as organizações socialistas de sua época comprometiam o recurso mais valioso de todos, a integridade individual de tomar decisões.”

A resposta de Block a essa aparente inconsistência acerca do elemento gerador de crises é o padrão-ouro. Para o autor, a crise à qual Polanyi se refere encontra-se dentro de um arcabouço institucional mais restrito do que a abordagem sistematicamente lógica de Polanyi sugere. Especificamente, o padrão-ouro pode ser apontado como elemento causador da crise.

“O padrão-ouro é a institucionalização da lógica abstrata da autorregulação do mercado. Quando é combinada com múltiplas interferências na lógica de mercado, o resultado é profundamente contraditório, e inevitavelmente produz uma crise.”
(BLOCK, 2001, p.11)²¹

Outro ponto levantado por Block é a revisão sobre o argumento da Speenhamland. Segundo evidência histórica, o uso das tabelas de Speenhamland não foi tão difundido quanto acreditava Polanyi, não podendo causar consequências tão dramáticas quanto as apontadas em *A grande transformação*. (BLOCK, 2001, p.13)

A opção de Polanyi por analisar o período da Speenhamland estaria, segundo Block, mais atrelada à percepção de Polanyi sobre a falta de consciência de classe dos ingleses em comparação aos europeus do continente. Ele teria buscado no trauma da Speenhamland uma explicação para a percepção diferenciada dos britânicos acerca de sua condição de trabalhadores. (BLOCK, 2001, pp.14-15)

Além disso, a análise do período da Speenhamland é importante para outro argumento de Polanyi, a constituição da Economia Política. Polanyi identifica que os economistas adotaram uma formulação sobre o comportamento humano baseada na fome e na luta pela sobrevivência, que foi profundamente influenciada pelo cenário da Speenhamland. (BLOCK, 2001, p.16)

²¹ Tradução minha de: *“The gold standard is the institutionalization of the abstract logic of market self-regulation. When it is combined with multiple interferences with market logic, the result is deeply contradictory and will inevitably produce a crisis.”*

Apesar dos problemas de natureza histórica com relação à Speenhamland, a principal crítica de Block não diz respeito a esses problemas, mas, sim, à inconsistência lógica da autorregulação imperfeita.

Dado que o texto foi escrito durante uma mudança de paradigma, Block identifica o conflito entre a ideia nova de enraizamento da economia, que precisaria existir em algum grau para garantir o funcionamento dos mercados, e a noção de que o protecionismo impediu a autorregulação e essa tensão levou à crise mundial. (BLOCK, 2001, p.19)

A ausência de lógica se dá porque não poderia haver uma autorregulação a ser impedida. Segundo Polanyi, seria logicamente inviável generalizar os sistemas de mercado, de modo que ele todo fosse autorregulável. A solução para esse paradoxo estaria no padrão-ouro, que seria incompatível com o enraizamento necessário para o funcionamento da economia. (BLOCK, 2001, p.19)

II.5.2 – Críticas

A primeira crítica levantada por Hejeebu e McCloskey (1999, p.300) é uma crítica metodológica. Polanyi, segundo eles, constrói uma prova *a priori* da impossibilidade de um sistema de mercado autorregulável. Entretanto, a natureza puramente lógica dessa prova a invalida. Para eles, é necessário haver medidas sobre a influência dos mercados.

Segundo os autores, a reivindicação de que as economias antes do século XIX eram não mercadológicas é falsa. Para isso, apontam diversos casos de existência de mercados em sociedades não capitalistas, a exemplo do Império Romano e da sociedade medieval europeia. (HEJEEBU e MCCLOSKEY, 1999, pp.300-301)

Entretanto, reconhecem que a proposição de Polanyi diz respeito à influência dos mercados na vida cotidiana. Para ele, mesmo os mercados que existissem em sociedades não capitalistas não teriam influência sobre a sociedade a ponto de regular o seu funcionamento. Nesse ponto, McCloskey e Hejeebu levantam a questão de que Polanyi não determina o quanto seria necessário de influência sobre a sociedade para determinar se ela é ou não controlada pelo mercado. (HEJEEBU e MCCLOSKEY, 1999, p.301)

É preciso ressaltar que esse argumento necessita de uma definição aprofundada. Os autores discordam da forma como Polanyi define o livre mercado. Para McCloskey e Hejeebu, o livre mercado não implica ausência de intervenção, ao contrário de Polanyi, para quem, segundo os autores, “*uma regulação, qualquer que seja, elimina um mercado*”. (HEJEEBU e MCCLOSKEY, 1999, pp.301-302)

Para McCloskey e Hejeebu (1999, pp.301-302) “[u]m erro que Polanyi e sua escola repetidamente cometem é supor, sem evidência, que o livre mercado é uma função discreta de ação governamental. Isto é um non sequitur baseado em um entendimento simplista do que significa *laissez-faire*.”²²

Para sustentar o argumento, os autores retomam Smith, pois, para ele, o mercado era dotado de inúmeras formas, e era tanto atrapalhado por algumas intervenções governamentais quanto apoiado por outras, como a definição de direitos de propriedade. (HEJEEBU e MCCLOSKEY, 1999, p.302)

O problema da visão de Polanyi seria que uma abordagem binária da existência dos mercados, seria inútil para a investigação científica. A pergunta pertinente, para os autores, é quanta intervenção seria necessária para determinar a existência ou não de um mercado. (HEJEEBU e MCCLOSKEY, 1999, p.302)

Aqui fica explícita a discordância metodológica entre a proposta dos autores e a de Polanyi. A crítica feita por McCloskey e Hejeebu é, ao mesmo tempo, uma crítica à visão científica de Polanyi, apontada por ambos como positivista, no sentido de que ele buscava construir uma teoria que não precisaria da história para se sustentar. (HEJEEBU e MCCLOSKEY, 1999, pp.302-303)

Essa crítica procede no que tange ao caráter lógico das formulações de Polanyi. O raciocínio presente em *A grande transformação* pode ser construído como uma cadeia lógica independente de fatos ou de referências à história. Entretanto, a crítica aqui coloca uma simplificação do pensamento de Polanyi nos termos de McCloskey e Hejeebu. Os autores discordam da definição apresentada por Polanyi e a reformulam: o livre mercado deixa de ser

²²Tradução minha de: “*A mistake that Polanyi and his school repeatedly make is to suppose, without evidence, that the free market is a discrete function of government action. This is a non sequitur based on a simplistic understanding of what laissez faire means*”

uma característica binária e passa a ser tratado como uma questão de grau. Torna-se preciso, portanto, definir qual o grau de intervenção que deve existir para considerar um mercado livre ou não.

Essa não é, porém, a questão proposta por Polanyi. Sua proposta em *A grande transformação* é compreender como ocorreu a transformação da sociedade a partir do século XIX, partindo, por hipótese, que a diferença principal entre esse momento histórico e o anterior seja a existência de um mercado autorregulável que orienta a vida social.

Polanyi constrói essa hipótese baseado nos princípios econômicos que orientavam a produção e as trocas nas sociedades não capitalistas, e reconhece nessa mesma formulação que os mercados têm sido parte integrante da vida social desde a Idade da Pedra. (POLANYI, 2000, p.62)

A diferença reside no caráter secundário que o mercado possuía na vida econômica, uma vez que eram outros os princípios (Reciprocidade, Redistribuição e Domesticidade) que dominavam o cenário econômico dessas sociedades. (POLANYI, 2000, p.76)

Diante disso, McCloskey e Hejeebu perguntam o que significa esse caráter dominante ou secundário e não encontram resposta, uma vez que Polanyi não fornece uma medida de quanto seria a influência do mercado na sociedade.

Assim, qualquer mercado existente poderia ser dotado de caráter dominante, ou, mais especificamente, o princípio da Permuta poderia ter primazia sobre os outros três; argumento que ganha mais força considerando que a evidência empírica pode ser contestada com frequência.

A resposta que pode ser extraída do texto de Polanyi a esse respeito é o caráter binário do livre mercado, que, apesar de ser um constructo tautológico (nenhuma interferência no mecanismo de preços pode existir em um mercado livre porque um mercado livre é aquele que não tem interferência no seu mecanismo de formação de preços) é dotado de poder explicativo no diálogo com os pensadores do século XIX.

McCloskey e Hejeebu, ao desconsiderarem essa resposta e demandarem uma medida de liberdade do mercado, o fazem com base em uma diferença metodológica, dado que

consideram a resposta de Polanyi “*inútil em termos científicos*”. (HEJEEBU e MCCLOSKEY, 1999, p.302).

Ao elaborarem esse questionamento, retomam a definição smithiana de mercado, como algo formado também por intervenções estatais (HEJEEBU e MCCLOSKEY, 1999, p.302), porém, essa não é a definição central para Polanyi. Mais do que o mercado, o importante é o sistema de mercado, definido a partir da motivação do lucro, da existência de um meio de troca monetário e da percepção de **todas** as rendas como resultantes de alguma venda. (POLANYI, 2000, p.60)

Uma vez que o caráter **total** da fonte da renda é ressaltado, a pergunta feita por McCloskey e Hejeebu a respeito de **quanto** determina um mercado perde relevância dentro da leitura de Polanyi.

Essa definição binária pode ser considerada inútil cientificamente se o critério for a análise dos mercados reais, como propõem McCloskey e Hejeebu, porém, reflete as ideias do século XIX, sendo, portanto, útil para a compreensão do debate da época e do credo liberal apontado por Polanyi. (2000, p.106)

Em linhas gerais, podemos afirmar que o pensamento de Polanyi é passível de muitas críticas, entretanto, sua tese central é tão robusta que essas críticas, diante do confronto com o argumento principal do autor, devem ou ser descartadas ou podem ser incorporadas à teoria de modo a torná-la ainda mais relevante.

Por exemplo, a crítica de Hejeebu e McCloskey (1999) desconsidera a formulação básica da proposta de Polanyi, isto é, a percepção de que o elemento verdadeiramente importante para compreender a transformação ocorrida no século XIX não é a existência ou não de mercados autorreguláveis, mais sim a diferença entre um sistema de mercado, uma economia baseada no princípio da permuta, que se manifesta de forma aparentemente autônoma na organização social, e os sistemas anteriores de organização da economia.

A partir do momento em que isso é desconsiderado, o elemento disruptivo trazido na análise polanyiana, ou seja, a percepção de que existem outras formas de organização da vida material das sociedades humanas, fica perdido, não se pode mais acessar aquilo que a teoria traz de revolucionária.

Simultaneamente, não podemos compreender, completamente, o caráter inovador da antropologia econômica formulada por Polanyi se não atentarmos à armadilha apontada por Block (2001). A leitura imediata de *A grande transformação* aponta para a perda do enraizamento da economia a partir da disseminação do sistema de mercado. Contudo, o conceito de mercadorias fictícias desenvolvido por Polanyi faz com que o não enraizamento seja logicamente impossível: nenhuma economia pode não ser enraizada, mesmo a mais profundamente liberal e mercantil.

Apesar disso, existe diferença entre a economia inglesa do século XIX e a das sociedades precedentes. Mesmo sendo ambas enraizadas, a economia mercantil é pautada pelo duplo movimento, tenta-se constantemente mercantilizar todos os aspectos da vida, em última análise, desenraizar a economia. Entretanto, diante da impossibilidade disso, a sociedade reage e, através de mecanismos de protecionismo os mais diversos (estatais ou de instituições culturais), reafirma as raízes econômicas.

Essa percepção do duplo movimento é decorrência de Polanyi ter identificado o capitalismo como um momento único na história da humanidade, virtualmente uma invenção social, de modo que Wood (2001) o reconhece como uma rara exceção entre os pensadores do surgimento do capitalismo, posto que a quase totalidade dos demais já pressupõe o capitalismo ou suas manifestações em algum tipo de natureza humana transhistórica e transpopulacional.

Assim, embora o pensamento de Polanyi possa ser criticado em diversos pontos, tanto a partir de críticas internas ao seu raciocínio lógico (BLOCK, 2001) e às falhas estruturais contidas na circularidade do seu argumento acerca do papel da maquinaria (WOOD, 2001), quanto a partir de críticas metodológicas e externas (HEJEEBU e MCCLOSKEY, 1999), o argumento continua bastante robusto para a compreensão do debate do século XIX, especialmente no que tange à formação do liberalismo e da economia ortodoxa.

Portanto, tomaremos agora as linhas gerais da obra de Polanyi para observar a formação do *mainstream* da economia, notadamente do pensamento formalista e suas posteriores reverberações.

CAPÍTULO III – A DICOTOMIA SUBSTANTIVISMO / FORMALISMO

É possível identificarmos duas dicotomias que orientam *A grande transformação*. A primeira explícita entre os paradigmas naturalista, construído no século XIX, e humanista, que permearia a produção intelectual desde o século XVI e iria até o fim do século XVIII. E a segunda marcada pela dicotomia formal *versus* substantiva (que trataremos no capítulo IV), que embora não se encontre situada nesses termos na obra de Polanyi, é assim formalizada, como aponta Machado (2012).

Do ponto de vista formalista a economia está sempre associada a sua forma mercadológica, não existe uma vida econômica que não possa ser expressa através da ideia do mercado, enquanto a visão substantiva coloca o mercado como caso particular da reprodução das sociedades, sendo a economia um objeto muito mais amplo, englobando formas de reprodução próprias de determinadas sociedades e culturas que não podem ser descritas pelo mecanismo de mercado sob pena de perder-se o principal daquilo que está contido nos atos econômicos. (MACHADO, 2102, pp.166-167)

A título de exemplo, Marshall, como autor representativo da teoria econômica ortodoxa, se situa dentro de uma tradição formalista da economia, pois propõe o mercado e o consequente mecanismo de preços como elementos universais de compreensão, quando afirma:

“[M]uitas das condições da vida industrial, e dos métodos de produção, distribuição e consumo de que trata a mais moderna ciência econômica, são apenas de data recente. É contudo verdade que a mudança na substância não é tão grande, em alguns aspectos, quanto a da forma aparente; e que a moderna teoria econômica pode ser adaptada às condições dos povos atrasados, muito mais do que à primeira vista parece.” (MARSHALL, 1982 [1890], p.25)

Já quando Mauss (2003 [1925], p.197) tece sua análise das trocas maoris através do exemplo do hau e dos taongas (como descrito no esquema anteriormente), ele se filia à visão substantiva, uma vez que o elemento central da análise não é o valor de troca dos objetos permutados, mas o reconhecimento de um determinado conteúdo simbólico que extrapola uma leitura formal da permuta do bem A pelo bem B.

O interessante dessas duas dicotomias é o seu caráter não coincidente, o humanismo não corresponde ao substantivismo, assim como o naturalismo não corresponde ao formalismo, embora a ciência econômica tenha se deslocado muito mais para o âmbito natural-formalista do que para o humano-substantivista como ficará claro na exposição de cada um desses debates, a seguir. Esse caráter não coincidente, por sua vez, exacerba as divergências entre as correntes, autores como Block (2001) e Machado (2012) situam Polanyi como um autor filiado tanto ao humanismo quanto ao substantivismo, o que equivale a dizer que ele está em dupla oposição com a tradição econômica que se encontraria muito mais no âmbito do naturalismo e do formalismo.

A partir dessa dupla oposição, este capítulo analisa o debate entre formalistas e substantivistas, buscando compreender como o paradigma polanyiano se distingue do paradigma tradicional da economia na base da sua construção axiomática centrada no formalismo

III.1 – O debate entre a economia substantiva e a economia formal

A primeira das antíteses na qual se constrói o pensamento de Polanyi em *A grande transformação* diz respeito às definições formal e substantiva dos processos econômicos. Para abordarmos essa dicotomia, tomaremos com referência básica a leitura feita por Machado (2012) do debate entre essas duas definições, pontuando também com observações de Drahokoupil (2012), Berger (2008) e Maucourant (2000), além da contribuição direta do próprio Polanyi (2013).

Primeiramente, convém estabelecer o contexto histórico no qual o debate ocorreu, especialmente porque ele se passa em um período posterior à escrita de *A grande transformação*, de modo que não podemos ler essa obra específica à luz do debate, sob o risco de fazermos uma leitura anacrônica do objeto. Entretanto, como as questões relevantes ao debate já estão presentes nesses textos, podemos resgatá-las a partir da conceituação apontada por Machado, sem, necessariamente, incorreremos nesse erro.

Para sermos precisos, *A grande transformação* não se encontra completamente alheia ao intervalo temporal do debate, uma vez que o livro foi escrito por Polanyi durante a

Segunda Guerra Mundial. e a problemática da economia substantiva tem suas origens na década de 1930 (MACHADO, 2012, p.166); inclusive, um dos nomes-chave para o estabelecimento do debate é o de Malinowski, cujo trabalho é constantemente referenciado por Polanyi na sua obra de 1944. Apesar disso, a controvérsia só ganha abrangência a partir dos anos 1950, seguindo firme até a década de 1970 e perdendo força nos anos 1990. (MACHADO, 2012, pp.166-167).

A grande questão mobilizadora do debate, conforme Machado (2012, p.166) aponta, foi a aplicabilidade ou não da teoria neoclássica como explicação válida do comportamento econômico de todas as sociedades passadas, como explicação, portanto, universal.

Em torno dessa questão organizam-se duas definições distintas de economia. A definição substantiva tem seu foco na relação de dependência do ser humano com a natureza, da interseção humana, tanto com o meio quanto com o corpo social na busca de satisfação de suas necessidades, a centralidade está na substância da vida. (MACHADO, 2012, p. 172)

A esse respeito, Maucourant (2000, p.835) toma partido da definição substantiva e afirma categoricamente que “[s]omente a definição substantiva de economia pode prover conceitos para uma investigação de todas as economias empíricas do passado e do presente”. E, como justificativa, reconhece que para os substantivistas “[a] economia é um processo instituído”.²³

Por sua vez, a definição formal, segue uma construção lógica: a adequação dos meios aos fins está subordinada a uma escassez, subjaz nessa construção a premissa de que essa escassez é determinante na definição da escolha, o que outorga a primazia da análise não à suficiência, mas à maximização. Os seres econômicos não são aqueles que buscam satisfazer suas necessidades vitais, mas, sim, aqueles que escolhem um determinado meio que maximize seu bem-estar no mundo. (MACHADO, 2012, pp. 172 e 175)

Polanyi (2013 [1977], pp. 229-230) apresenta o contraste entre as definições a partir das diferenças de seus pontos de partida:

²³ Tradução minha de: “Only the substantive meaning of economic can provide concepts for an investigation of all the empirical economies of the past and present. The economy is an instituted process.”

*“O primeiro significado, o formal, salta do caráter lógico da relação entre meios e fins, como no sentido de economizar ou de econômico; desse significado salta a definição de economia pela escassez. O segundo, o significado substantivo, aponta para o fato elementar de que os seres humanos, como todos os outros seres vivos, não podem existir por nenhuma duração de tempo sem um ambiente físico que os sustente; essa é a origem da definição substantiva. O dois sentidos, o formal e o substantivo, nada têm em comum”.*²⁴

É interessante atentarmos que a distinção entre as definições formal e substantiva é anterior a Polanyi, como nos mostra Berger (2008, p.382):

“De fato, uma vez que a distinção substantiva-formal corre como um fio através dos trabalhos de vários economistas europeus, como Karl William Kapp, Karl Mannheim, Carl Menger e Max Weber, essa pode ser considerada uma distinta contribuição europeia para o institucionalismo.”

Curiosamente, essa distinção tem suas raízes no pensamento do austríaco Carl Menger, onde estava contida na distinção entre *"wirtschaftend"*, referente à vida econômica das nações "não civilizadas", e *"sparrend"*, referente ao ato de economizar recursos escassos, conforme nos aponta Maucourant (2000, pp.4-5); vale notar que essa tese é também referendada por Berger (2008, p.382), que encontra as origens dos conceitos na segunda edição, póstuma e não traduzida, de *Princípios de economia*, de Menger.

Apesar dessa proximidade²⁵ com a escola austríaca, é preciso destacar que há uma forte distinção entre Polanyi e a tradição econômica na significação dos preços, que fica evidente no debate entre substantivistas e formalistas, pois, uma vez que não existe escassez em uma sociedade não mercantil, não é possível entender os preços como reflexos da escassez relativa, como função da escolha dos ditos agentes econômicos, simplesmente porque esses agentes não são, por si, econômicos (no sentido formal de economizantes), mas, sim, agentes sociais que atuam tanto na produção quanto no usufruto dos bens sociais, a partir de padrões ditados pela tradição ou por qualquer outro princípio social que não a escassez. São eles,

²⁴ Tradução minha de: *"The first meaning, the formal, springs from the logical character of the means-ends relationship, as in economizing or economical; from this meaning springs the scarcity definition of economic. The second, the substantive meaning, points to the elemental fact that human beings, like all other living things, cannot exist for any length of time without a physical environment that sustains them; this is the origin of the substantive definition of economic. The two meanings, the formal and the substantive, have nothing in common."*

²⁵ O fato de a referência ser a segunda edição dos Princípios de Menger nos força a relativizar o conceito de proximidade. De fato, Polanyi reconhece em Menger a observação fundadora da distinção, mas critica Hayek, por ter ignorado a segunda edição, e Knight, por ter preterido essa edição em favor da primeira na escolha de qual seria objeto de tradução, porque, nas palavras de Knight: *"it was the first edition that influenced the development of economics and the second contained much irrelevant material"*. (BERGER, 2008, p.389)

portanto, agentes econômicos no sentido formalista da sua reprodução social. (MAUCOURRANT, 2000, p.5-6)

Outra forma de compreender a distância entre Polanyi e a visão tradicional da economia é a partir do recorte do método. Nessa direção, Machado (2012, pp.172-173) reorganiza a formulação de Polanyi, enfatizando uma diferença mais radical, de cunho metodológico entre as duas definições, pois: *“Os dois significados de economia não possuem nada em comum. Enquanto o formal resulta da lógica, o substantivo resulta dos fatos; as regras do primeiro são as da mente, as do segundo são as da natureza.”*

É lícito identificar nessa afirmativa os ecos do debate entre os métodos indutivos e dedutivos na economia, como aponta Isaac (2005, p.19):

“Os formalistas também argumentaram que uma disputa filosófica mais profunda, indução versus dedução, estava por trás do debate formalista-substantivista (Cook, 1996b). Dentro desse esquema, Cook (1966a: 327) caracterizou os substantivistas, pejorativamente, com românticos”²⁶

Se transpusermos a contenda à leitura de *Princípios*, de Marshall, evidenciaremos um ruído na obra do autor. Mesmo sendo Marshall um defensor do aspecto empírico da economia, e sendo ele crítico das grandes cadeias de raciocínio lógico, quando o autor afirma que *“a moderna teoria econômica pode ser adaptada às condições dos povos atrasados”* (MARSHALL, 1982[1890], p.25), ele se filia ao lado lógico-dedutivo do debate, e, ao fazê-lo, compromete o próprio caráter empírico da sua preposição, uma vez que condiciona toda análise posterior ao que Polanyi chamou de “falácia economicista”.

A falácia economicista, na formulação de Polanyi (2013, pp. 230-231) seria a *“tendência a igualar a economia humana a sua forma de mercado”*.²⁷ Machado (2012, pp.173-174) desenvolve a análise apontando que essa falácia se manifesta de duas formas distintas, ou pela redução de toda a vida econômica humana ao mercado, excluindo, portanto, os processos econômicos das sociedades não mercantis (o que, segundo essa visão, não seria economia de fato), ou pela expansão indiscriminada do fenômeno do mercado a todas as formas de reprodução social, portanto, encaixando a vida econômica das demais sociedades

²⁶ Tradução minha de: “The formalists also argued that a deeper philosophical issue, induction versus deduction, lay behind the formalist–substantivist debate (Cook 1966b). Within this framework, Cook (1966a: 327) characterised the substantivists pejoratively as ‘romanticists’”

²⁷ Tradução minha de: *“tendency to equate the human economy with its market form.”*

no modelo de mercado. Em suma, se toda economia é mercado, ou a reprodução de determinada sociedade não é economia ou é, necessariamente, mercantil.

O problema, segundo os substantivistas é que essa identificação requer um elemento lógico harmonizador que surge sob a forma do axioma da escassez. Mais do que admitir a racionalidade instrumental como um dado universal, os formalistas subordinam essa racionalidade à limitação de recursos (MACHADO, 2012, p.188), e esse elemento lógico não encontra respaldo nas observações empíricas, uma vez que a escassez existe em algumas sociedades, mas não em outras (MACHADO, 2012, p.176).

De forma similar, pode-se questionar a falácia economicista a partir de uma crítica lógica, pois o elo que condiciona a escolha à escassez é falho. Mesmo diante da insuficiência dos recursos, a escolha pode ser feita por qualquer outro critério eleito pelo corpo social (MACHADO, 2012, p.176). Dizer que a escassez é o critério determinante da escolha, significa dizer, em última análise, que a fome e o ganho são os elementos-chave para a decisão de toda reprodução econômica, mas, como aponta Machado (2012, p.177): *“Esse mundo de ‘motivos econômicos’, todavia, é baseado em uma falácia dado que, intrinsecamente, a fome e o ganho não são mais ‘econômicos’ do que o amor ou o ódio, o orgulho ou o preconceito. Nenhum motivo humano é assim por si só”*.

Essa argumentação substantivista encontra-se em perfeita sintonia com a fala de Mead: *“Os objetivos pelos quais os indivíduos irão trabalhar são determinados culturalmente e não são uma resposta do orfanismo a uma situação externa, culturalmente indefinida, como uma simples escassez de alimento”* (MEAD apud POLANYI, 2000, p.192)

Uma vez que não se possa construir a relação lógico-dedutiva que envolva a realidade, como propõem os formalistas, é forçoso concluir que:

“[A] economia humana está incrustada (embedded) e imiscuída (enmeshed) nas instituições econômicas e não econômicas. Nesse sentido, a inclusão do não econômico é vital, porque a religião ou o governo podem ser tão importantes para a estrutura e o funcionamento de uma economia como as instituições monetárias ou a disponibilidade de instrumentos e máquinas para aliviar o esforço dos indivíduos no trabalho.” (MACHADO, 2012, p.182)

Isso entra em conflito com o cerne da teoria neoclássica; tomemos a fala de Marshall sobre a primazia da economia sobre a religião, há, em sua colocação, uma clara distinção

entre os aspectos subjetivos da vida humana, expressos pelos espíritos militares, artísticos e religiosos, e o aspecto objetivo e material da vida, representado pela economia:

*“Os dois grandes fatores na história do mundo têm sido o religioso e o econômico. Aqui e ali, o ardor do espírito militar ou artístico predominou por algum tempo; mas as influências religiosas e econômicas nunca foram deslocadas do primeiro plano, mesmo passageiramente, e quase sempre foram mais importantes do que as outras todas juntas. Os motivos religiosos são mais intensos do que os econômicos, **mas sua ação direta raro se estende sobre uma tão grande parte da vida.**” (MARSHALL, 1982[1890], p.23) [grifo meu]*

Supondo, a princípio, que tal afirmativa seja válida para a sociedade mercantil, não há, segundo os substantivistas, qualquer elemento que a torne verdadeira nas demais sociedades. Inclusive, se desejarmos nos aprofundar no debate, a colocação de Marshall é profundamente problemática, mesmo para os formalistas, uma vez que diante das críticas da visão substantiva, um autor formalista, LeClair, postulou que:

“Os economistas já não acreditam (atualmente), se é que alguma vez acreditaram, que as necessidades humanas estão confinadas, nas sociedades de mercado, às necessidades materiais, nem assumem que isso é verdade em qualquer (outra) sociedade. Nenhuma assunção acerca da natureza materialista das necessidades humanas constitui um elemento necessário na teoria econômica contemporânea.” (LECLAIR (1968, p. 190) apud MACHADO (2012, p.188-189)

LeClair defende, portanto, que a satisfação econômica transcende o caráter materialista presente na visão substantiva (MACHADO, 2012, p.189), porém, quando Marshall estabelece a distinção entre economia e religião, ele estabelece também uma diferença metodológica na abordagem dos problemas, o fundamento da análise neoclássica não é feito para responder aos questionamentos de ordem religiosa, mas, sim, aos de ordem material, o que aproxima Marshall muito mais de Polanyi do que de LeClair.

A colocação de LeClair é claramente uma crítica ao caráter materialista da economia apontado pelos substantivistas, porém, uma vez que ele se filia à visão formalista, o mercado acaba sendo o mediador das relações sociais, materiais ou transcendentais, que, por seu caráter incorpóreo, surge como uma razão acima da cultura, entra em conflito com as observações feitas por Sahlins, apontado por Machado (2012, p.167), como um autor tributário da visão substantiva, em *La pensée bourgeoise*.

“A produção é um momento funcional de uma estrutura cultural. Entendido isso, a racionalidade do mercado e da sociedade burguesa é vista sob outra luz. A famosa

lógica de maximização é apenas a aparência manifesta de outra Razão, que quase sempre passa despercebida e é de natureza totalmente diversa. Também nós temos antepassados. Não é como se não tivéssemos uma cultura, um código simbólico de objetos, em relação ao qual o mecanismo de oferta-demanda-preço, ostensivamente no comando, é, na realidade, o criado. (SAHLINS, 2004, p.184)

A esse respeito, Isaac (2005, p.19) oferece uma organização interessante:

“A questão metodológica subjacente era a da correta unidade de análise. Porque os formalistas focaram na escolha, que é sempre individual, a abordagem deles necessariamente vinculava-se ao individualismo metodológico. Os substantivistas, por outro lado, focaram na matriz institucional na qual a escolha ocorre”.²⁸

O problema passa a ser qual é a origem das formas de relação social, se uma escolha individual ou o arcabouço no qual a escolha ocorre, e não qual é o mediador social em si, o que está em harmonia com a visão de Sahlins. Para os formalistas a escolha individual acontece fora de qualquer matriz determinante, de onde se deduz que o mercado, manifestação institucionalizada da liberdade de escolha, é um mediador universal. Porém, se a escolha individual estiver inscrita em um determinado conjunto de variáveis sociais, as escolhas serão condicionadas de modo que não haverá um mediador, aos moldes, do mercado que seja universal.

Podemos sintetizar o debate entre formalistas e substantivistas por meio da organização, a partir de um quadro, conforme adaptado de Machado (2012, p.190):

Linha teórica	Formalista	Substantivista
Base axiomática	Escassez	Necessidade material
Unidade de análise	Individual	Sociedade

²⁸ Tradução minha de: *“The underlying methodological question was that of the proper unit of analysis. Because the formalists focused upon choice, which is always individual, their approach necessarily entailed methodological individualism. The substantivists, on the other hand, focused upon the institutional matrix in which choice occurs”.*

Objetivo econômico	Eficiência	Suficiência
Institucionalização do comportamento econômico	Implícita: Homem econômico	Explícita: Lugar ocupado pela economia

É preciso ressaltar que o debate dentro da antropologia econômica não se estruturou apenas entre formalistas e substantivistas, mas incorporou também a leitura marxista. Nesse contexto, o substantivismo, segundo Maucourant (2000), foi criticado tanto por marxistas quanto por formalistas embora a partir de pontos muito distintos.

As críticas formalistas, já abordadas ao longo do capítulo, se concentraram no axioma da escassez e no individualismo metodológico; uma vez sendo válidos esses dois princípios, não existe necessidade lógica de instituições sociais nas quais a economia esteja enraizada; sendo a sociedade composta por indivíduos economizadores, o sistema de preços se manifesta em qualquer sociedade, e todas as sociedades passam a ser mercantis, distinguindo-se pelo maior ou menor grau de liberdade experimentado pelo mercado. Como uma ideia fundamental em Polanyi seria a de que as instituições humanas repousam sobre um leque de motivações diversas, a redução de tudo à racionalidade economizante desmontaria a teoria substantivista. (MAUCOURANT, 2000, p.10)

Para Maucourant (2000), não são as críticas formalistas que interessam, uma vez que seus princípios básicos foram amplamente questionados pela antropologia econômica, mas, sim, os questionamentos marxistas às formulações polanyianas.

A crítica marxista se concentra na hierarquia entre as relações de produção e as relações jurídico-políticas, isto é, determinadas relações sociais se tornam relevantes porque dominam as relações de produção, tendo a partir daí, implicações mais amplas no tecido social. Entretanto, Polanyi inverte essa relação causal, colocando as diversas instituições sociais como reguladoras das relações econômicas. Nesse sentido, é por que determinada relação possui peso político ou jurídico que ela tem efeitos sobre as relações de produção. (MAUCOURANT, 2000, p.8)

A resposta apresentada pela escola de Polanyi reside na elaboração de seus próprios pressupostos. A crítica marxista só pode ser formulada tomando a ressalva adicional de que existam relações de produção propriamente definidas; se, *a priori*, consideramos o enraizamento da economia como propõe Polanyi, em nenhuma sociedade até a Revolução Industrial houve uma separação clara entre os aspectos econômicos e políticos, não sendo possível delimitar, sem cair no anacronismo ou na imposição de um padrão de reprodução social alheio à sociedade observada, relações de produção propriamente circunscritas de modo que a formulação de uma hierarquia, ou ordem de determinação, da produção para a política não faz sentido. (MAUCOURANT, 2000, pp.8-10)

Em linhas gerais, podemos afirmar que o debate entre formalistas e substantivistas é forçosamente inconclusivo. A esse respeito, podemos tomar a visão de Isaac (2005, p.20):

“Que o debate pudesse ser definido em termos de humanistas (substantivistas) versus cientistas nomotéticos (formalistas) revela por que não poderia ser resolvido. Em suma, o debate envolvia assuntos filosóficos que são maiores que a antropologia econômica ou mesmo a antropologia como um todo.”²⁹

O contraste entre as formulações substantivistas e formalistas refletem um ponto de partida paradigmático radicalmente diferente. Enquanto os primeiros trabalham com as necessidades concretas das diversas sociedades, adequadas às suas aspirações materiais, os segundos partem, inequivocamente, do princípio da escassez, tornado universalmente válido à revelia das circunstâncias específicas de cada grupo humano.

De forma similar, os formalistas trabalham no âmbito do individualismo metodológico, considerando as escolhas individuais como o elemento-chave a ser analisado, enquanto os substantivistas defendem que o foco deva recair sobre as estruturas sociais que necessariamente condicionam as escolhas dos indivíduos.

Assim, é inescapável que a economia tenha funções radicalmente distintas entre os dois grupos debatedores. Partindo do individualismo metodológico e do axioma da escassez, os formalistas necessariamente concluem que a economia se destina à eficiência, à superação do problema da escassez, a partir de uma produção cada vez mais eficiente. Por outro lado, os substantivistas acabam se filiando a uma visão de suficiência, a economia é um conjunto

²⁹ Tradução minha de: *“That the debate could be cast in terms of humanists (substantivists) versus nomothetical scientists (formalists) reveals why it could not be resolved. In a nutshell, it involved philosophical issues that are larger than economic anthropology or even anthropology as a whole.”*

organizado de ações que levam ao atendimento das necessidades do grupo, necessidades essas que são definidas socialmente, a partir de uma determinada matriz cultural.

CAPÍTULO IV – A SEGUNDA DICOTOMIA: HUMANISMO VERSUS NATURALISMO

A apresentação do debate entre formalistas e substantivistas é profundamente esclarecedora da posição tomada por Polanyi em *A grande transformação*, sobretudo em termos de situá-lo no debate com a ortodoxia econômica, porém a análise dessa primeira dicotomia é insuficiente por duas razões: primeiramente, dentro do próprio texto, Polanyi aponta uma outra dicotomia (humanismo *versus* naturalismo) tão importante para situá-lo no debate quanto essa primeira, e, em segundo lugar, o caráter complexo da realidade enfraquece qualquer análise dicotômica.

Um dos argumentos mais interessantes na exposição de Polanyi é sua análise do impacto da Speenhamland sobre o pauperismo do campo que foi profundamente relevante dentro do debate da História do Pensamento Econômico (HPE). (BLOCK,2001, p.16)

Para discutir a dicotomia entre humanismo e naturalismo, objetivo deste capítulo, aprofundaremos a crítica aos axiomas antropológicos que fundamentam o discurso econômico, construindo um diálogo entre Polanyi e Adam Smith, sobretudo por intermédio da crítica elaborada pelo primeiro à hipótese do “selvagem barganhador” desenvolvida pelo segundo. A partir disso, será relevante buscar as ressonâncias decorrentes na articulação da HPE, sobretudo na importância concedida por Polanyi a Smith na formação basilar do discurso subsequente, que floresceu ao longo do século XIX e que constitui o material mais importante da crítica polanyiana, buscando, inclusive, situar a leitura que Polanyi faz de Smith dentro do seu contexto histórico e as influências que isso tem em *A grande transformação*.

Para tanto, como mediador desse diálogo, e também como contraponto a Polanyi, usaremos o trabalho de Heimann (1976), pois a divergência fundamental que desejamos trabalhar, isto é, o antagonismo entre humanismo e naturalismo, é, sobretudo, uma questão metodológica, de modo que a escolha por Heimann (1976, p.24) de usar o método como categoria analítica para o estudo das doutrinas econômicas é precisa para essa função.

IV.1 – Humanismo versus naturalismo e as interpretações smithianas

Polanyi, ao analisar o pensamento econômico no século XIX, estabelece um corte epistemológico entre os pensadores dessa época e aqueles do século XVIII. Para o autor, aqueles que organizaram as ideias no século XVIII eram tributários de uma escola de pensamento humanista, que colocava, ou que buscava colocar, o ser humano como elemento ordenador do mundo, ao passo que os autores do século XIX romperam com essa tradição e buscaram a explicação dos fenômenos econômicos em um conjunto de leis sobre-humanas, naturais.

Sobre esse tema, Heimann, ao definir a ciência econômica como um sistema de harmonia natural, faz uma leitura bastante similar à de Polanyi:

“Uma ordem, econômica ou de outro tipo, requer uma vontade ordenadora. Durante milhares de anos, essa vontade ordenadora foi a da autoridade política. Quando o homem ocidental se empenhou em destruir a autoridade, o problema da ordem econômica tornou-se mais premente. Nenhuma solução lhe seria logicamente possível, naquelas circunstâncias, a menos que se considerasse desnecessária a imposição artificial da ordem pela autoridade, dado o fato de que tal ordem já existia ‘naturalmente’, na realidade ou em potencial, ou seja, de que uma lei natural de harmonia governa a atividade das células do corpo econômico se o deixarmos entregue a si mesmo.” (HEIMANN, 1976, p.57)

É de grande importância notarmos que apesar de Heimann e Polanyi construírem uma leitura descritiva muito semelhante dos acontecimentos para a mudança do paradigma em direção ao naturalismo, ambos oferecem explicações significativamente distintas para esse fato.

Polanyi defende que a mudança de paradigma se deveu à insuficiência do modelo anterior de explicar o pauperismo no campo inglês, que seria a grande questão da época³⁰. Nesse contexto, os pensadores que se debruçaram sobre o problema precisaram recorrer a um

³⁰ Polanyi identifica que o quadro gerado pelo pauperismo do começo do século XIX influencia de maneira determinante o pensamento posterior sobre a economia, uma vez que, diante do fenômeno inexplicável, isto é, o crescimento nacional e o caráter de grande potência desfrutado pela Inglaterra que não condiziam com o empobrecimento de grandes parcelas de sua população, os pensadores da época recorreram à natureza como fonte de explicação.

elemento transcendente que harmonizasse as circunstâncias históricas e as tornasse explicáveis. (POLANYI, 2000, p.142)

Heimann, por sua vez, enfatiza um movimento do sobrenaturalismo do direito divino para o naturalismo econômico, e coloca o foco da sua narrativa na mudança do paradigma filosófico vigente na época, como fica claro em:

“A Ciência Econômica, porém, surgiu numa época de clima intelectual inteiramente diverso [daquele do sobrenaturalismo do direito divino] - a da ciência natural. (...) A ascensão do novo método significou que as pretensões das autoridades tradicionais ao governo pela sanção sobrenatural foram postas em dúvida porque o pensamento científico é puramente racional e não reconhece qualquer autoridade além da ‘natureza’.” (HEIMANN, 1976, p.25)

Não há, entretanto, uma exclusão mútua entre as formulações de Polanyi e de Heimann, apenas uma diferença de foco na abordagem. Para ambos os autores, o momento anterior teria sido marcado pela sobreposição da autoridade política sobre a vida econômica, porém Heimann não enxerga nessa autoridade política os traços humanistas apontados por Polanyi. A sua visão é de que o elemento que marcava o tom do desenvolvimento filosófico anterior era o sobrenaturalismo das explicações de origens divinas para a ordem do mundo.

Outra diferença fundamental entre os conceitos desses autores é a ordem de causalidade referente à mudança de paradigma. Para Polanyi (2000, p.142), o naturalismo surge da necessidade de explicar um problema concreto que se apresentava aos ingleses, era necessário criar um novo método científico para explicar as contradições vividas; o método, portanto, antecede o paradigma. Já para Heimann (1976, p.25), o *“método reflete a filosofia predominante da época”*, isto é, a mudança de paradigma precede a mudança metodológica.

Entretanto, o campo das semelhanças é mais significativo para a comparação entre as visões de Polanyi e Heimann. Mesmo ao estabelecer a mudança do sobrenaturalismo do direito divino para o naturalismo, Heimann (1976, p.58) aponta que a figura de Deus não estava ausente desse novo paradigma, ao contrário, ela era o elemento central que garantia a existência de uma ordem natural harmônica. Heimann explicita que a economia surge da filosofia deísta, que defendia a ordem natural como a manifestação do papel de Deus, o que está em perfeita sintonia com a *“fé emocional”* que Polanyi atribui ao pensamento liberal, afirmando que não havia motivo puramente racional para crer na existência dessa ordem equilibrada e perfeita (POLANYI, 2000, p.51).

Mas é possível argumentar que a fé emocional, ou o credo liberal, que mobilizaram o século XIX, não são, a rigor, encontradas na filosofia deísta de Adam Smith, sendo mais corretamente classificadas como deturpações posteriores feitas a partir de uma leitura simplista de sua obra. Tomemos a seguinte ponderação de De Paula (2003, p.143) acerca disso:

“Estudiosos de Adam Smith têm advertido que a metáfora da mão invisível talvez deva ser entendida de maneira a relativizar seu conteúdo pró-mercado capitalista. (...) [E]specialistas dizem que a metáfora da mão invisível (a qual, aliás, aparece em duas ou três ocasiões apenas na Riqueza das Nações e de fato remete a uma concepção newtoniana de entendimento da sociedade econômica) na verdade é uma expressão de cunho religioso, habitual no círculo de Smith, querendo dizer alguma coisa como ‘Deus ordena’. Não tem o significado carregadíssimo de conteúdo pró-mercado, que lhe é hoje atribuído pelos apologistas da nova ordem.”

Fica claro que a visão de ordem natural em Smith não era totalmente atrelada à liberdade de trocas, posto que existia um elemento religioso, e, portanto, moral, que antecedia essa liberdade. Por essa construção, a ordem natural se manifesta a partir de uma entidade metafísica, cujo arranjo perfeito se traduz na ordem que se constrói a partir da liberdade comercial. Muito embora seja preciso notar que a moralidade não é criada pelo livre-comércio, apenas se manifesta através dele; Smith reconhece que a liberdade econômica pode ir de encontro à ordem perfeita, que ele imagina ser produto de Deus. Nesses casos, De Paula (2003, p.144) enfatiza:

“Para Smith, o estado e as tradições têm um papel amplo no ordenamento econômico. Sempre que as ‘leis econômicas’ colidem com a moral, com os costumes da sociedade, com aquilo que é justo e com os deveres do Estado, às favas a ordem natural. Smith é o pior dos paradigmas para o moderno tratamento ideológico do mercado.”

Essa oscilação entre as formas de manifestação da ordem divina pode ser considerada como o ponto mais crítico de questionamento a Polanyi que podemos extrair de Heimann, em particular, e da História do Pensamento Econômico, em geral; essa é a leitura que o autor faz de Adam Smith, notadamente, Polanyi o classifica como humanista, enquanto Heimann o coloca como naturalista. A diferença se estabelece justamente pela contradição exposta por De Paula: se a liberdade econômica é veículo suficientemente bom para expressar a ordem perfeita, essa ordem é natural, e Smith é, portanto, um naturalista; se, ao contrário, é

necessário que exista um conjunto de instituições morais que pode, inclusive, ter precedência sobre a liberdade econômica, Smith torna-se humanista.

Polanyi identifica claramente Smith como um autor humanista, pois a construção do conceito de riqueza elaborada em *A riqueza das nações* só pode ser compreendida como um fenômeno humano, uma vez que a riqueza é socialmente produzida por meio do trabalho: “*A natureza, no seu sentido físico, foi conscientemente excluída por Smith do problema da riqueza. (...) Nada estava mais afastado da mentalidade de Smith do que uma tal glorificação do Physis*”. (POLANYI, 2000, pp. 138-139)

Uma leitura diametralmente oposta é feita por Heimann, que propõe Smith como um naturalista, apontando a física como base estruturante de seu pensamento. De fato, Heimann propõe que:

“(...) Smith revela confiança excessiva na faculdade autocuradora, autorreguladora, do processo econômico. Nem uma única vez, em sua obra volumosa, há qualquer menção de perturbações internas que podem surgir do funcionamento do sistema econômico natural.” (Heimann, 1976, p.86)

Entretanto, a leitura de Heimann é surpreendentemente próxima à de Polanyi, apesar de partirem de pressupostos antagônicos, isto é, Smith como naturalista e não como humanista. A razão dessa proximidade entre ambas as leituras é a contradição identificada por Heimann entre a intenção metodológica de Smith e o procedimento prático de fato adotado. (HEIMANN, 1976, p.81)

Smith teria buscado descrever uma sociedade natural, cujo mecanismo de funcionamento seria imutável e universal, mas teria, na verdade, descrito a sua própria sociedade histórica, elaborando “*um modelo de integração da Sociologia econômica e da teoria econômica, sem a qual a segunda é vazia e formal*”. (HEIMANN, 1976, p.81)

Nesse sentido, o distanciamento entre Polanyi e Heimann é periférico, enquanto o primeiro defende que Smith tinha consciência acerca do papel histórico na determinação dos aspectos-chave da economia, a exemplo da conceituação e de determinação da riqueza, o segundo aponta que o caráter histórico é inconsciente nas formulações mais amplas de Smith, uma vez que “*Smith não percebeu que a validade de sua teoria se limitava às condições históricas onde colhia seus dados*” (HEIMANN, 1976, p.81).

É interessante notar como mesmo essa divergência aponta para outra convergência. Heimann avança sua análise a partir do conceito de “*homem econômico*”, que seria, segundo o autor, o tipo de ser humano suposto por Smith na elaboração de seu trabalho. Heimann argumenta que o homem econômico não é simplesmente o ser humano que busca a maior satisfação e o menor sofrimento, dado que essa definição seria “*trivial e tautológica*”, uma vez que “*nenhum outro tipo de homem é imaginável*”. A definição de homem econômico precisa ser mais específica e trata, na verdade, do ser humano que busca a satisfação via obtenção de mais bens frente à obtida por meio de menos bens ³¹(HEIMANN, 1976, p.81).

Essa definição aproxima Heimann simultaneamente dos substantivistas, que argumentam que a vida econômica das sociedades humanas pode ser regida por fatores dissociados do consumo material, e de Marshall (1982, p.23), ao dizer que “[o]s dois grandes fatores na história do mundo têm sido o religioso e o econômico”.

A definição sintética oferecida por Heimann para o conceito de homem econômico é, inclusive, uma possível resposta ao debate entre substantivistas e formalistas acerca da presença universal da racionalidade econômica, sobretudo na formulação de LeClair. Se a definição de Heimann de que “*para o homem econômico as considerações quantitativas devem predominar sobre os valores tradicionais ou as paixões políticas*” (HEIMANN, 1976, p.82) é válida, então, a presença de sociedades nas quais esse tipo de preocupação não exista desqualifica a abordagem universal do próprio Smith, comprometida pela necessidade da existência “*natural*” desse tipo especificamente histórico de ser humano para garantir o caráter automático do ajuste de sua teoria.

Isso coloca um problema ainda maior aos seguidores de Adam Smith, posto que Heimann, assim como Polanyi, identifica neles a crença no caráter natural da economia de *laissez-faire*, não restando ao homem racional nada “*senão aceitar-lhe as regras e cumprilas*” (HEIMANN, 1976, p.27).

³¹ Aqui cabe uma crítica a Heimann, pois ao dizer que “*nenhum outro tipo de homem é imaginável*”, o autor restringe os tipos humanos à sua própria concepção humana. Convém retomar a crítica de Polanyi de que a tese de Smith sobre a psicologia capitalista dos povos ditos primitivos seria tão falsa quanto a tese de Rousseau acerca da bondade inata da humanidade (POLANYI, 2000, p.63). Por esse viés, a afirmativa de Heimann é igualmente falaciosa, pois se baseia apenas na visão do autor e da projeção de um tipo específico de lógica (instrumental) sobre as sociedades humanas.

A abordagem feita por Polanyi da influência de Adam Smith pode ser descrita a partir de dois pontos de partida interligados: um é a crítica ao princípio de permuta nas sociedades ditas primitivas, enunciado por Smith (POLANYI, 2000, pp.62-63); outro é a crítica aos leitores posteriores de Smith (POLANYI, 2000, p.137), o que dialoga com a dicotomia entre humanismo e naturalismo proposta acima.

A propensão natural à troca, apresentada na ideia do “*selvagem barganhador*”, incorpora-se à teoria econômica como um axioma, seguindo seu curso ao longo do século XIX até desaguar na conceituação formalizada do homem econômico. Entretanto, a afirmativa original é falaciosa, na medida em que se configura uma projeção do pensador do século XVIII sobre o passado humano, uma vez que tanto não havia material disponível para que Smith fizesse tal afirmação, quanto que as pesquisas posteriores mostraram a ausência dessa propensão como elemento norteador da vida econômica, como fica claro no debate entre formalistas e substantivistas discutido anteriormente³². (POLANYI, 2000, p.63)

A relevância do axioma do “*selvagem barganhador*” não está, entretanto, na sua veracidade, mas, sim, no impacto que ele adquire sobre as interpretações posteriores, de modo que os dois pontos de partida dão origem a caminhos que rapidamente se reúnem. Para Polanyi a interpretação posterior de Smith pelos liberais do século XIX é muito mais relevante.

“Mas a mesma tendência que levou a geração de Adam Smith a ver o homem primevo como inclinado à barganha e à permuta induziu seus sucessores a descartar todo interesse no homem primitivo, uma vez que já se sabia que ele não se inclinava para essas louváveis paixões. A tradição dos economistas clássicos, que tentaram basear a lei do mercado na alegada propensão do homem no seu estado natural, foi substituída por um abandono de qualquer interesse na cultura do homem ‘não civilizado’ como irrelevante para se compreender os problemas da nossa era.” (POLANYI, 2000, p.64)

De modo a agravar as circunstâncias científicas decorrentes da reverberação da obra smithiana, os leitores posteriores de Smith teriam sobreposto ao erro original um segundo equívoco, o de desconsiderar a importância da economia das sociedades não capitalistas para a compreensão da própria dinâmica capitalista.

³²Aqui, convém fazer um contraponto com a ideia de Rousseau acerca do bom selvagem. Polanyi afirma que a leitura de Smith é tão falaciosa quanto a de Rousseau, uma vez que não havia nenhuma base empírica que apoiasse qualquer um dos dois discursos. (POLANYI, 2000, p.63)

A maior crítica elaborada por Polanyi para a ciência econômica, em especial aos liberais do século XIX, é o abandono do princípio humanista contido em Smith, (POLANYI, 2000, p.137) uma vez que isso levaria a ciência econômica à falácia economicista, comprometendo a interpretação da realidade, eventualmente levando-a à dicotomia substantivista e formalista.

Por mais interessantes que sejam as leituras de Heimann e de Polanyi sobre Adam Smith, é necessário encaixá-las no debate de fundo proposto por esses autores, do contrário, corre-se o risco de relegá-las a um aspecto não apenas secundário, mas, sobretudo, destoante, dentro deste texto.

O aspecto central que deve ser encontrado nessas duas leituras, e justamente o aspecto que permite e enriquece o diálogo, é o fato de que ao se referirem a Adam Smith, ambos os autores se dirigem a algo que está além do objeto imediato e explícito de estudo, a investigação torna-se relevante se tivermos clareza de que algo é esse a que eles se dirigem.

Retomemos Polanyi, em *A grande transformação*. Smith só é posto como foco de crítica no início do capítulo 4, quando Polanyi questiona a formulação do axioma do “*selvagem barganhador*”. Nessa crítica encontra-se a chave que nos permite revelar o que há por trás de Smith. Não é *A riqueza das nações* que interessa a Polanyi, nem a leitura falsa acerca da psicologia das sociedades não mercantis; o que é posto como objeto de interesse é a aceitação irrestrita dessa formulação como axioma, ou seja, o que é relevante na obra de Smith não é aquilo que o autor em si escreveu, mas o que seus seguidores leram naquilo que fora escrito.

Se aprofundarmos a interpretação, aquilo que Polanyi combate é uma determinada cosmovisão, o credo liberal, difundida pelos pensadores do século XIX, a partir de uma leitura específica de Adam Smith.

“Nessa ocasião não havia necessidade de argumentos. Uma série de escritores de economia política, história social, filosofia política e sociologia em geral havia seguido na esteira de Smith e estabelecido o seu paradigma do selvagem barganhador como axioma de suas respectivas ciências.” (POLANYI, 2000, p.63)

A compreensão dessa leitura pode ser alcançada pela tensão apontada por Heimann entre o projeto metodológico naturalista desejado por Smith (HEIMANN, 1976, p.81) e a

realização de sua obra. Nesse aspecto, Heimann é mais preciso do que Polanyi, pois, ao passo que, em *A grande transformação*, Smith emerge como um autor humanista cujos erros encaminham a deturpação engendrada pelos economistas do século XIX, Heimann enxerga na própria origem de *A riqueza das nações* o elemento deturpador, a vontade de descrever a sociedade natural.

Sobre essa problemática, não podemos afirmar, peremptoriamente, as causas de a leitura posterior enveredar pelo caminho mais afeito à lógica do livre mercado, mas podemos colocar a reflexão feita por De Paula (2003, p.144) sobre certo consenso que se pode construir a partir de leituras futuras e que legitima a escolha de Polanyi de criticar Smith:

“[O] *Adam Smith* que se vai ressaltar talvez não seja o legítimo, o que se põe pela exata compreensão de seus textos, mas, apesar disto, não é menos real, posto que é o que nos foi legado por dois séculos de interpretação, que se fez paradigma da representação da ordem capitalista.”

IV.2 –A posição de Polanyi: leituras a partir das dicotomias

Uma forma interessante de construir a leitura de *A grande transformação* é a partir das dicotomias norteadoras do texto, tanto a dicotomia explícita (humanismo *versus* naturalismo) quanto a implícita (substantivismo *versus* formalismo), porque por meio desse método é possível compreender que a formulação da economia como ciência a partir do século XIX é não apenas questionável, quando se dirige o olhar ao seu discurso fundante, isto é, à obra de Smith, como também é pautada por um discurso filosófico que lhe é alheio, como podemos ler a partir da articulação entre a conceituação do naturalismo, presente tanto em Heimann (1976, p.25 e p.58) quanto em Polanyi (2000, p.137), baseada na filosofia deísta e construtora do credo liberal.

Seguindo esse caminho, podemos identificar no debate entre substantivistas e formalistas proposições profundamente antagônicas no que se refere à racionalidade dos povos e às suas motivações determinantes para a reprodução social, o que adquire relevância se for lido como reflexo da construção científica a partir de dois paradigmas distintos.

Analogamente, no confronto entre humanismo e naturalismo reside o papel fundamental da possibilidade de mudança, como Polanyi observa a transformação das sociedades com mercado para a sociedade de mercado, ou na inevitabilidade da permanência.

O fato de a ciência econômica deslocar-se ao longo do século XIX para as vertentes formalista e naturalista é um fenômeno intimamente atrelado ao que Polanyi descreve na transformação da sociedade com mercado para a sociedade de mercado, o que é corroborado pela ausência dessa unilateralidade na obra de Smith; a contradição entre o humanismo do discurso liberal original trazido por Smith e o naturalismo inescapável nos autores do século XIX estaria atrelada justamente à transformação social descrita por Polanyi, tanto no sentido da mudança geral do paradigma científico, como apontado por Heimann (1976, p.25), quanto pela mudança particular das necessidades explicativas indicadas pelo próprio Polanyi (2000, p.142).

Ao analisar a transformação do humanismo para o naturalismo em *A grande transformação*, é possível identificar certo grau de inevitabilidade nessa mudança (POLANYI, 2000, p.142). Era preciso o naturalismo, pois nenhum outro elemento seria capaz de conciliar as contradições da mudança profunda do mundo não mercantil para o mundo mercantil, entretanto, há na obra de Polanyi um posicionamento político e científico contra esse caminho, uma vez que o autor se coloca frontalmente contra o naturalismo e o formalismo.

Podemos buscar a primeira raiz desse posicionamento de Polanyi em sua postura política ao longo da vida, que se manifestava em sua convicção pessoal acerca da necessidade de uma postura humanista diante de mundo. A biografia de Polanyi, conforme apontada por Block e Somers (1984, p.51), é sistematicamente direcionada por seu humanismo pessoal, sobretudo na sua crítica ao fascismo e no seu diálogo com os socialistas cristãos ingleses.

Esse posicionamento humanista se manifesta na sua crença de que o progresso só poderia surgir através da ação humana consciente e moralmente fundamentada (BLOCK e SOMERS, 1984, p.50), o que o colocava contra os liberais do século XIX, que defendiam que o progresso, se existisse, só poderia advir das relações naturais, e qualquer mediação só geraria interferências negativas, a exemplo de Tonwsend (1817 [1786]), que argumentava que nada se podia fazer pelos pobres e que toda ajuda apenas pioraria suas condições de vida.

Embora essa visão o aproxime de Adam Smith, uma vez que ambos reconhecem o caráter fundamentalmente social da riqueza econômica.

Mas essa crença também gerava o embate com os marxistas, em especial os da Segunda Internacional, no sentido de que esses defendiam o progresso como inevitável decorrência de etapas históricas de desenvolvimento (BLOCK e SOMERS, 1984, p.50).

Essa dupla oposição é, se alterarmos a perspectiva, uma dupla projeção de um mesmo antagonismo. Polanyi se opõe ao que ele denomina como a falácia economicista, que postulava a aplicação da mesma estrutura de análise econômica a todas as manifestações da economia ao longo da história. Compactuar com a falácia significa filiar-se à corrente naturalista, pois a justificativa para a validade universal de alguma teoria econômica, à revelia dos condicionantes próprios de cada contexto civilizacional, é forçosamente vinculada a um mediador universal da ação humana sobre o mundo, um mediador que, à semelhança de um elemento divino, bloqueia a possibilidade de transformação do mundo pelo ser humano sob a égide da imutabilidade das regras. Esse mediador, em consonância com o espírito científico do século XIX é a natureza, que engloba o ser humano e limita a sua ação no mundo.

A segunda raiz do posicionamento de Polanyi é a percepção de que existe, dentro do pensamento liberal, uma contradição radical, cuja formulação encontrada em *A grande transformação*, acerca das rendas serem percebidas como totalmente decorrentes da venda de algo, não restando alternativa que não a inserção no mercado, pode ser complementada pela tese de Wood sobre o caráter imperativo do capitalismo.

“(...) a característica distintiva dominante do mercado capitalista não é a oportunidade nem a escolha, mas, ao contrário, a compulsão. Isso se observa em dois sentidos: primeiro, a vida material e a reprodução social no capitalismo são universalmente mediadas pelo mercado, de forma que, de um modo ou de outro, todos os indivíduos têm que entrar nas relações de mercado para obter acesso aos meios de subsistência; e segundo, os ditames do mercado capitalista – seus imperativos de competição, acumulação, maximização dos lucros e crescente produtividade do trabalho – regem não apenas todas as transações econômicas, mas as relações sociais em geral.” (WOOD, 2001, p.16)

É, portanto, profundamente contraditório que a liberdade econômica seja uma condição imperativa, mas é justamente a conclusão central do naturalismo.

Essa interpretação, útil no reconhecimento do norte intelectual de *A grande transformação*, requer, forçosamente, a adoção das categorias analíticas elaboradas ao longo do capítulo. Entretanto, a leitura construída a partir dos antagonismos gera um problema analítico, isto é, uma vez que as ideias de Polanyi são lidas a partir de seu contraste com a visão liberal da economia, a análise fica condicionada ao paradigma liberal, pois este se torna a referência, empobrecendo a contribuição de Polanyi, que se torna, simplesmente, uma antítese do pensamento econômico dominante no *mainstream* e perde seu caráter fundador de uma nova lógica.

A relevância da organização, a partir de polos organizadores do pensamento, emerge quando esses polos são integrados para construir a leitura nova. Nesse sentido, a estrutura do capítulo se legitima a partir da sua posterior desestruturação no capítulo 5, de modo que as categorias analíticas aqui apresentadas devam ser substituídas por categorias sintéticas, cujas origens estão justamente na análise (divisão) aqui estruturada, permitindo que se procure construir outro elemento ordenador da realidade que não o formal-naturalista proposto pela teoria ortodoxa.

CAPÍTULO V – UMA LEITURA NÃO DICOTÔMICA: A ABORDAGEM POLANYIANA COMO TEORIA GERAL

Até o momento, a elaboração do pensamento de Polanyi foi explorada a partir de sua relação antitética com a ciência econômica tradicional. Entretanto, se nos mantivermos nesse caminho, seremos incapazes de superar um problema metodológico fundamental, qual seja, o fato de reduzirmos o trabalho de Polanyi a uma crítica às formulações científicas características da economia.

Tendo isso em conta, o objetivo do presente capítulo é buscar mostrar como a teoria polanyiana, adotando o aporte da matriz cultural de Sahlins, é capaz de incorporar a visão mercantil como um caso particular dentro de uma miríade de outros casos no que diz respeito à organização da vida econômica. Nesse sentido, a teoria desenvolvida por Polanyi é encarada como uma teoria geral e alternativa ao mainstream econômico, e não como uma explicação para casos particulares de sociedades não mercantis.

V.1 – O enraizamento de Polanyi no liberalismo de Smith

Se retomarmos o debate do capítulo anterior entre Heimann e Polanyi, o maior distanciamento entre suas visões se dá, na verdade, na análise da obra de Smith em seu aspecto mais amplo, sobretudo nas considerações sobre a *Teoria dos sentimentos morais*. Heimann identifica uma descontinuidade na obra teórica de Smith. Para ele, as considerações acerca das atividades econômicas estão postas de maneira negativa na *Teoria dos sentimentos morais*, embora recebam maior destaque, e também uma análise otimista, em *A riqueza das nações*. (HEIMANN, 1976, p.73)

Nesse ponto é possível criticar Polanyi por sua omissão acerca do primeiro livro de Smith. Em *A grande transformação* a leitura feita de Smith surge muito mais pela influência que *A riqueza das nações* exerceu sobre os economistas posteriores do que pela substância

própria do texto. De certa forma, a crítica de Polanyi é anacrônica, pois se estrutura não como crítica direta a Smith, mas, sim, aos liberais que o sucederam; dentro de *A grande transformação*, Smith é dotado de caráter funcional, como um gancho no qual Polanyi se apoia para desconstruir o credo liberal.

Cabe, entretanto, fazer uma ressalva, pois Polanyi propõe que Smith não é de fato o fundador do credo liberal questionado ao longo de *A grande transformação*, esse crédito recai sobre Townsend e sua formulação naturalista. De maneira análoga, Heimann afirma que “*Smith não foi, de forma alguma, um pioneiro*” (HEIMANN, 1976, p.72), no sentido de que o discurso econômico já vinha ganhando forma pelo trabalho de autores ao longo do século XVIII. Há, entretanto, algum elemento de originalidade em Smith que o destaca como referência, tanto para esses dois autores quanto para os liberais do século XIX.

Uma possível interpretação acerca desse elemento de originalidade pode ser identificado na leitura de Cerqueira (2004, p.423), que aponta que até o século XVIII não havia o encadeamento dos elementos da vida econômica como “*um conjunto unitário e articulado de saberes, dotado de princípios próprios*”, cabendo a Adam Smith, em particular, o mérito de organizar esse conjunto.

Para Cerqueira (2004, p.425), o elemento central que permite a leitura mais correta é a interpretação conjunta dos dois principais títulos de Smith, ao contrário de Heimann, que explicitamente aponta uma cisão entre as duas obras principais do autor, e de Polanyi, que foca seu discurso em *A riqueza das nações* e não se manifesta acerca da *Teoria dos sentimentos morais*.

O ponto central do primeiro livro de Smith é o conceito de simpatia, que, segundo Cerqueira (2004, p.429), não possui relação de oposição, mas de complementariedade com o autointeresse defendido em *A riqueza das nações*. Essa proposição se estabelece de forma antagônica com a leitura dualista da obra smithiana, que tinha como norte a noção de que a *Teoria dos sentimentos morais* trataria das ações motivadas pela simpatia, que seriam justamente opostas às ações fundamentadas no egoísmo, que teriam sido exploradas em *A riqueza das nações*. Entretanto, como ressalta Cerqueira, o “*equivoco básico destas leituras consiste em contrapor ‘simpatia’ e ‘egoísmo’ como motivações das ações humanas*”.

Enquanto o conceito de egoísmo é elemento motivador do ser humano, como fica claro no clássico exemplo do cervejeiro e do açougueiro, a simpatia é um elemento completamente diferente. Baseando-se em um conceito que remonta à antiguidade grega, a simpatia smithiana é a forma de explicar nossos juízos morais, no sentido de que significa, em uma formulação simples, o ato de compartilhar qualquer sentimento (CERQUEIRA, 2004, p.429).

A colocação anterior possui uma implicação significativa para o diálogo com Polanyi, a partir dela é possível deduzir que mesmo que as ações econômicas tenham uma motivação própria e distinta das demais ações sociais, no caso, o egoísmo, essa motivação não se desenvolve no vácuo, mas dentro de um arcabouço moral regido pela simpatia, isso significa dizer que mesmo o açougueiro e o cervejeiro, ao perseguirem o interesse próprio em suas profissões, não perdem o caráter moral de seres simpáticos, eles continuam inseridos (ou, para usarmos o termo de Polanyi, enraizados) dentro de uma moralidade social.

A riqueza das nações é a obra de Smith que busca emancipar as ações econômicas das outras ações sociais, sobretudo das políticas. Entretanto, para que essa emancipação seja devidamente compreendida em suas limitações, já esboçadas no parágrafo anterior, é preciso compreender quais os dois requisitos que Smith busca suprir para justificar a separação.

O requisito ontológico é o mais imediato, foi estabelecido em *A riqueza das nações* e se pauta na definição da sociedade a partir do trabalho e das trocas, na medida em que a subsistência humana está associada à troca, ao comércio, a sociedade passa a ser comercial e as motivações econômicas ganham relevância. (CERQUEIRA, 2004, p.435)

Já o requisito moral nos interessa de modo mais significativo. Na argumentação de Smith, as ações não podem ser previamente catalogadas como boas ou más, a caracterização das ações humanas só pode ser feita a partir do bem ou do mal que é gerado por elas, portanto, só podem ser definidas moralmente *a posteriori*. Nesse esquema, mesmo a ação motivada por características individualistas poderia ser geradora de bem-estar, e, portanto, moralmente boa. Uma vez que a ação pautada pelo interesse próprio é geradora de bem-estar social, através dos mecanismos descritos por Smith (notadamente a expansão do mercado e da divisão do trabalho, que eleva o padrão de vida social), ela é também moralmente boa. (CERQUEIRA, 2004, p.435)

A formulação smithiana, portanto, emancipa a economia como objeto de estudo a partir das suas motivações, o egoísmo e o autointeresse, mas só o faz diante da restrição moral que está posta no segundo requisito. É porque a ação econômica é geradora de bem-estar que ela pode ser analisada autonomamente, pois essa relação causal condiciona a economia ao estatuto moral, ou seja, mesmo sendo dotada de motivação própria, a finalidade da ação econômica se articula com o todo social, em especial com a validade da justiça moral. (CERQUERIA, 2004, p.436)

“Se a liberdade de perseguir os interesses próprios, que é característica das sociedades comerciais, está vinculada na obra de Smith a uma ordem moral que liga cada indivíduo à sociedade, a consideração destes pressupostos morais deveria nos levar a uma revisão da compreensão tradicional dos objetivos, natureza e limites de sua teoria econômica.” (CERQUEIRA, 20004, p.439)

É profundamente significativo que a leitura de Cerqueira aponte para um enraizamento da economia dentro da sociedade em moldes muito similares aos apontados por Polanyi, nesse sentido, tanto a obra polanyiana quanto a de Smith reconhecem a economia como fator subordinado a uma outra lógica que não é da racionalidade estrita e subordinada a leis retiradas da natureza, como propunham os liberais do século XIX.

Entretanto, seria falso dizer que a figura da lógica absoluta está ausente do arcabouço teórico desses dois autores, tanto em Polanyi quanto em Smith há um elemento regente que é colocado em uma posição absoluta e inescapável, constituindo um ponto de contato entre o naturalismo e o humanismo, muito embora esse elemento ordenador dotado de caráter absoluto seja diferente em ambas as correntes.

Ao passo que no naturalismo o mediador universal é a inescapável lei da natureza, manifestada pelos princípios de equilíbrio do mercado, o mediador no humanismo ainda não foi definido, cabe fazê-lo na seção seguinte.

V.2 – O pensamento de Sahlins: a matriz cultural

Um excelente ponto de partida para a compreensão desse elemento mediador é a análise feita por Sahlins (2004b) acerca da sociedade paleolítica e seu modo de vida. O autor aponta como etnógrafos e antropólogos criticam os paleolíticos, tomando como padrão os

valores neolíticos, enaltecendo, portanto, a revolução agrícola e seus feitos. (SAHLINS, 2004b, p.110).

Cabe notar que esse procedimento não é essencialmente diferente do que os pensadores do século XIX fizeram com a sociedade que os precedera, usando os seus padrões de ordenamento do mundo como critério judicativo do estilo de vida anterior; há, nesse sentido, um interessantíssimo paralelo entre a revolução agrícola e a industrial.

Existe uma impossibilidade metodológica de compreender a sociedade paleolítica a partir de um modelo formalista da economia por conta de uma incoerência radical nos pressupostos dessa corrente; para o sistema de mercado, a escassez é o ponto de partida “*explícito e calculável de toda atividade econômica*” (SAHLINS, 2004b, p.108). Entretanto, esse não é o caso em uma sociedade de afluência como a paleolítica.

O conceito de afluência remete justamente a uma circunstância de abundância, não de escassez, o que significa que o pressuposto mercadológico simplesmente não pode se aplicar aos povos neolíticos, uma vez que não existe a escassez necessária para a formação de preços.

Sahlins (2004b, p.106) aponta que a sociedade de caçadores e coletores era a sociedade afluente original, isto é, uma sociedade na qual as “*necessidades materiais do povo são facilmente atendidas*”. Isso que se contrapõe à noção ortodoxa de bens escassos e necessidades ilimitadas da economia. Como regra geral, existem dois caminhos para a afluência: desejar pouco ou produzir muito; os caçadores e coletores encontram-se no primeiro caminho.

Apesar disso, a visão tradicional sobre essas sociedades aponta uma dificuldade excessiva na produção de alimentos e a falta quase total de ócio e lazer. Isso é decorrência lógica do ponto de partida do observador, pois “[d]epois de dotar o caçador de impulsos burgueses e de equipá-lo com instrumentos paleolíticos, julgamos sua situação de antemão desoladora”. (SAHLINS, 2004b, p.109)

Sahlins segue na contramão dessa abordagem e defende que os paleolíticos desfrutavam de certa fartura material, pois identifica que os objetos fora da órbita de sobrevivência eram produzidos com pouco esforço. (SAHLINS, 2004b, pp.114-115) É determinante para essa fartura material que as matérias-primas sejam de fácil acesso, que o

conhecimento da produção seja comum, assim como as ferramentas de trabalho. E a tudo isso está atrelado um “*padrão de vida objetivamente baixo*”. (SAHLINS, 2004b, pp.115-116).

Parece paradoxal considerar que uma sociedade que tenha como regra o padrão de vida objetivamente baixo seja uma sociedade que, simultaneamente, desfrute de fartura material. Contudo, a contradição é apenas aparente, fartura material significa simplesmente que as necessidades materiais são plenamente atendidas sem grande dispêndio de energia, não significa, necessariamente, acúmulo; a identificação de fartura com acúmulo é posterior, e se fundamenta no princípio da escassez, que, como já foi posto, não se aplica a uma sociedade que não deseja muito, uma vez que escassez e abundância são determinações necessariamente relativas, um saldo entre os desejos e as possibilidades de realizá-los.

Sobre isso, Sahlins (2004b, pp.116-117) argumenta que a exiguidade das posses materiais é antes uma questão de princípios do que um infortúnio; para os caçadores, a riqueza é um fardo, uma vez que diminui a mobilidade e torna-se um peso. “*Não é que os caçadores e coletores tenham refreado seus ‘impulsos’ materialistas: simplesmente nunca o transformaram numa instituição.*” (SAHLINS, 2004b, p.119)

Essa questão de princípios aparece de outra forma, ainda mais veemente na crítica que Sahlins faz de nossa observação dessas sociedades: “*Tendemos a pensar nos caçadores e coletores como **pobres**, porque eles não têm nada; por essa mesma razão, talvez mais valesse pensar neles como **livres***” (SAHLINS, 2004b, p.119-120).

Para os paleolíticos, a riqueza é o verdadeiro infortúnio, o que os coloca em choque direto com a definição de homem econômico. Como bem pontuara Heimann (1976, p.81), o homem econômico não pode ser simplesmente aquele que busca a satisfação e evita a dor, mas, sim, aquele que o faz através da satisfação obtida por meio de bens materiais. Sahlins identifica, portanto, as sociedades de caça e coleta como sociedades constituídas de homens não econômicos, pois uma vez que suas necessidades são finitas e seus recursos abundantes, a sua satisfação não pode advir do acúmulo de bens. (SAHLINS, 2004b, p.119)

Entretanto, o homem “não econômico” descrito por Sahlins é, na realidade, o mesmo homem econômico da tradição ortodoxa. A diferença entre eles se constitui a partir das distinções entre as matrizes culturais, pois, uma vez que a matriz cultural é outra, toda a dinâmica econômica parece completamente diferente, o que é verdadeiro no sentido de que as

consequências para a economia são inteiramente outras se o elemento analítico padrão for uma pessoa sujeita aos condicionantes culturais do paleolítico ou uma pessoa sujeita aos ditames culturais do capitalismo.

Contudo, essa mesma afirmativa é falsa no que diz respeito às causas. O homem não econômico é diametralmente oposto ao homem econômico porque ambos produzem vidas econômicas diametralmente opostas, mas são, ao mesmo tempo, o mesmo ser humano, no sentido de que estão ambos subordinados a alguma matriz cultural que pauta o andamento da reprodução material; são, portanto, homens culturais.

O diálogo construído entre Polanyi e Smith aponta para a existência de um elemento regente da vida material que extrapola o caráter objetivo, característico da economia, e trabalha no âmbito subjetivo dos agentes sociais, que não são nunca apenas agentes econômicos, embora o sejam também. Na verdade, a formulação substantivista, ao colocar a matriz cultural, na qual as escolhas individuais se passam, como elemento central da análise, subverte uma ordem de causalidade típica da economia, na qual o aspecto objetivo da realidade subordina e condiciona a faceta subjetiva.

“Na concepção nativa, a economia é um campo de ação pragmática. E a sociedade é o resultado formal. As principais relações políticas e de classe, bem como as concepções que os homens têm da natureza e deles mesmos, são geradas por essa busca racional da felicidade material. A ordem cultural é tal como se fosse sedimentada a partir da interação de homens e grupos que agem de maneiras diferentes, com base na lógica objetiva de suas situações materiais.” (SAHLINS, 2004a, pp.180-181)

Entretanto, a antropologia, a partir do acúmulo de observações de diversas sociedades, é detentora de um elemento disruptivo nessa análise, pois, “[m]esmo em condições materiais muito semelhantes, as ordens e finalidades culturais podem ser muito distintas.” Isso coloca que o princípio ordenador de uma sociedade nunca é completamente objetivo, ou seja, por mais que haja uma necessidade empírica de sobreviver, há também outros fatores na sociedade que determinam a forma dessa sobrevivência, além do que “os homens não fazem apenas ‘sobreviver’: eles sobrevivem de maneira específica”. (SAHLINS, 2004a, p.182)

O que Sahlins traz nessas reflexões é um desdobramento da posição substantivista: o mundo econômico, da reprodução material é também o mundo da reprodução cultural e social. A grande novidade ao debate é que, ao contrário de alguns expoentes do

substantivismo, como George Dalton, que concordou com a visão formalista de que o método substantivista era útil apenas para economias primitivas ou extintas (ISAAC, 2005, p.20), Sahlins defende que mesmo a economia de mercado com toda a sua racionalidade econômica e individualista é, também, enraizada, para usarmos o termo de Polanyi, em um conjunto de relações culturais que determinam seu desenvolvimento específico.

“A produção é um momento funcional de uma estrutura cultural. Entendido isso, a racionalidade do mercado e da sociedade burguesa é vista sob outra luz. A famosa lógica de maximização é apenas a aparência manifesta de outra Razão, que quase sempre passa despercebida e é de natureza totalmente diversa. Também nós temos antepassados. Não é como se não tivéssemos uma cultura, um código simbólico de objetos, em relação ao qual o mecanismo de oferta-demanda-preço, ostensivamente no comando, é, na realidade, o criado. (SAHLINS, 2004a, p.184)

O argumento central de Sahlins é o de o mecanismo oferta-demanda-preço é culturalmente condicionado; a lógica da maximização que aparentemente ordena a vida social é, na realidade, fruto da matriz cultural dos povos. Segundo o autor, a *“racionalidade do mercado não contradiz o totemismo moderno. Ao contrário, ele é promovido justamente na medida em que valor de troca e consumo dependem de decisões de utilidade”* (SAHLINS, 2004a, p.191), sendo que essa relação fica ainda mais evidente uma vez que a *“‘utilidade’ não é uma qualidade do objeto, mas uma significância das qualidades objetivas”* (SAHLINS, 2004a, p.182), significância essa culturalmente construída.

De modo a tornarmos esse argumento mais robusto, podemos resgatar a análise feita por Sahlins do consumo de carne nos Estados Unidos. Para o autor, as relações dos EUA com o seu ambiente decorrem da centralidade da carne do boi na dieta nacional (consumo simbolicamente entendido como demonstração de virilidade), o que organiza todos os mercados produtores de alimentos. Nesse sentido, os cálculos de produção (notadamente os custos de oportunidade) são feitos posteriormente à definição cultural do valor da carne do boi. (SAHLINS, 2004a, pp.184-186)

De maneira mais geral, os animais (boi-porco-cavalo-cachorro) encontram-se interligados à sociedade pela comestibilidade ou não. Enquanto cães e cavalos possuem *status* mais próximos de pessoas, bois e porcos são tratados como objetos nas relações sociais, de modo que seja socialmente aceito considerar os dois últimos como comida, mas que fazer o mesmo aos dois primeiros seja um tabu alimentar.

Por essa análise, não existe ruptura entre o sistema capitalista e o modo de vida das sociedades não mercantis, pois “*a produção capitalista representa uma expansão exponencial do mesmo tipo de pensamento, tendo a troca e o consumo como os meios de sua comunicação*” (SAHLINS, 2004a, p.191). Mais do que isso: “*O capitalismo não é pura racionalidade: é uma forma definida de ordem cultural, ou uma ordem cultural que age de uma forma particular*” (SAHLINS, 2004a, p.198)

Se transpusermos o argumento de Sahlins para o arcabouço conceitual de Polanyi, a forma particular de agir do capitalismo é o duplo movimento apontado em *A grande transformação*, isto é, a expansão das formas de tratamento mercantis dos aspectos mais diversos da sociedade levam necessariamente a um limite, no qual se percebe que as tentativas de podar as raízes das relações econômicas significa, simplesmente, o enfraquecimento da estrutura de sustentação do corpo social. Essa é, na realidade, uma leitura muito similar à de Block (2001), de que é impossível que exista uma economia desenraizada, percebida não pelo caráter logicamente inescapável do argumento, como propõe esse autor, mas, sim, pela observação empírica de uma sociedade capitalista plenamente desenvolvida como tal.

Se transpusermos as questões que opõem as diferentes visões apresentadas a respeito da vida econômica da sociedade, veremos que tanto Polanyi, quanto Smith, quanto Sahlins, quanto a escola substantivista, quanto a escola formalista elaboram, em termos radicais, a mesma pergunta acerca de qual é o elemento último ordenador da reprodução material; e apresentam, cada um a seu modo, respostas as mais diversas, que possuem algum grau de semelhança entre si. Especialmente, podemos identificar na antropologia econômica uma formulação que unifica as demais.

Quando Polanyi identifica e se opõe à falácia economicista, o argumento central é o de que a economia de mercado não pode ser identificada com toda a economia ao longo da história da humanidade; a reprodução material se passa de outras formas que, muitas vezes, dispensam o mercado como ordenador. Polanyi, inclusive, vai além, ao defender que alguns aspectos precisam estar fora da alçada mercantil, pois a sua reprodução obedece leis que são regidas por princípios completamente distintos; essas são leis da vida social que tomam forma nas relações culturais.

Por sua vez, essa visão pode ser ampliada ao voltarmos nossa atenção para Sahlins, e descobriremos nesse autor a formulação de que a lógica cultural é aquilo que subjaz à vida econômica e a norteia, mesmo nos casos em que ostensivamente o mercado é o elemento-chave.

Podemos, inclusive, reafirmar por outro caminho a tese original de Polanyi, conforme a leitura de Block, de que a economia nunca poderia ser desenraizada dada uma impossibilidade lógica, pois diante do desenraizamento o tecido social se romperia. Porém, mesmo que uma economia fosse completamente mercantilizada, a própria forma do mercado e de suas relações obedeceria a um elemento cultural anterior que a condicionaria e guiaria. Aplicar Sahlins em Polanyi nos coloca diante da formulação de que nem mesmo o próprio mercado pode ser desenraizado, pois mesmo ele é manifestação da lógica cultural.

O elemento ordenador trazido por Sahlins se sobrepõe a todos os demais, é a cultura que determina os resultados econômicos das sociedades paleolíticas, da mesma forma que é a cultura que determina os resultados em pleno capitalismo. O mercado ou as instituições que regulem a reprodução material são manifestações emanadas a partir de uma essência anterior.

Isso, por sua vez, reafirma de maneira radical a leitura de Polanyi acerca da Revolução Industrial, pois propõe que o elemento de ruptura seja uma mudança de paradigma cultural pautado pela fé emocional no mercado autorregulável e na consequente tentativa de mercantilizar todos os aspectos da vida. É reconhecer que o elemento responsável por pautar a reprodução social é, antes de tudo, a cultura.

CONCLUSÃO

A análise da obra de Polanyi, sobretudo de *A grande transformação*, nos permite concluir que existe uma insuficiência teórica no conceito de mercado, pois o sistema de mercado é incapaz daquilo a que se propõe, isto é, de explicar a totalidade da vida econômica. Insuficiência essa que decorre simultaneamente de uma análise histórica, pois o sistema de mercado só vem a existir a partir do século XIX, não podendo ser usado, sob pena de anacronismo, como elemento explicativo da reprodução material das sociedades anteriores; e de uma análise antropológica, pois, mesmo uma sociedade de mercado possui um quadro cultural que engloba e determina o próprio mercado que, ostensivamente, regula a vida econômica, mas que também é regulado por fatores culturais fora de sua órbita.

Mais do que revelar essa insuficiência, Polanyi apresenta uma possível solução ao problema, a abordagem substantivista da antropologia econômica. Essa abordagem é uma teoria concorrente à visão formalista, que pauta sua análise a partir do axioma da escassez e do individualismo metodológico. A abordagem substantivista desloca o foco analítico desses dois pressupostos-chave das leituras mercantis para um questionamento sobre qual o papel e a inserção dentro da matriz cultural da economia de uma sociedade.

Como consequência disso, a economia perde o seu sentido de ‘economizar’, de eleger entre meios diversos aquele que atende de maneira mais eficiente a determinado fim material, e adquire o novo sentido, mais amplo, de compreender os elementos determinantes da reprodução material.

Outro ponto importante a ser destacado é que existe, na visão de Polanyi, a mudança do paradigma naturalista para o paradigma humanista. Isso significa que, dentro da proposta substantivista, o elemento teórico proposto para substituir o mercado não pode ser uma manifestação da natureza, cujo funcionamento permaneça constante e imutável, à revelia das circunstâncias culturais.

Entretanto, isso não significa que esse elemento teórico seja totalmente relativo, ele possui, de fato, caráter universal, mas sua universalidade não está fundada nas leis da natureza

e, sim, no aspecto cultural do ser humano. É dentro dessa configuração que Polanyi propõe os princípios de organização da vida econômica: a reciprocidade, a redistribuição, a domesticidade e a permuta. Embora eles se manifestem de formas diversas e em intensidades variadas, inexistem sociedades que não se orientem por pelo menos um deles.

O contraste entre a abordagem substantivista e a formalista pode levar a uma tentativa de síntese falsa, que coloque o substantivismo como teoria explicativa das sociedades pré-mercantis e o formalismo como explicação para as sociedades mercantis. Essa síntese está em consonância com a leitura de que, para Polanyi, a sociedade, a partir da Revolução Industrial, estaria desenraizada, isto é, as relações econômicas não mais teriam referência na cultura, apenas no mercado. Contudo, conforme Block (2001) aponta, o enraizamento da economia é paradigmático e inescapável em Polanyi; qualquer tentativa de desenraizá-la seria combatida pelo contramovimento enraizador, que é, na realidade, a descrição do duplo movimento de Polanyi.

É em Sahlins que encontramos uma referência mais aprofundada sobre esse caráter perenemente enraizado da vida material, pois, mesmo no auge do sistema de mercado, nos Estados Unidos do século XX, os elementos culturais determinam a própria configuração mercantil. Assim, se olharmos além do domínio da aparência econômica, o quadro cultural não perde, em qualquer circunstância, a primazia da determinação econômica.

Dessa forma, é lícito interpretar a visão substantivista como uma teoria mais geral que a visão formalista, fazendo com que a antropologia econômica de Polanyi seja lida como a formulação de uma teoria geral acerca da vida material de todas as sociedades, colocando o mercado em uma posição subalterna para a análise da economia, mesmo em circunstâncias em que ele pareça, pretensamente, estar no comando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGER, S. Karl Polanyi's and Karl William Kapp's Substantive Economics: Important Insights from the Kapp–Polanyi Correspondence. *Review of Social Economy*, vol. 66, nº3, p.381-396, setembro, 2008.
- BLOCK, F. Karl Polanyi and the writing of The Great Transformation. In: *Oitava Conferência Internacional Karl Polanyi "Economy and Democracy"*. Cidade do México, novembro, 2001. p.1-25.
- BLOCK, F., SOMMERS, M.R. Beyond the economist fallacy: the holistic social science of Karl Polanyi. In: SKOCPOL, T. (Ed.) *Vision and method in historical sociology* Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p.47-85.
- CERQUEIRA, H.E.A.G. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. *Revista de Economia Política*, vol. 24, nº 3 (95), julho-setembro, 2004.
- DE PAULA, J.A. O reino do capital. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 23, nº4 (92), p.132-152, outubro-dezembro, 2003.
- DRAHOKOUPIL, J. Re-Inventing Karl Polanyi: On the Contradictory Interpretations of Social Protectionism. *Czech Sociological Review*, República Tcheca, vol. 40, nº 6, p.835–849, 2004.
- HANN, C.H. Radical Functionalism: The Life And Work Of Karl Polanyi. *Dialectical Anthropology*, Países Baixos, vol. 17, p.141-166, 1992.
- HEIMANN, E. (1945). *História das doutrinas econômicas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 252p.
- HEJEEBU, S., MCCLOSKEY, D. The reprovng of Karl Polanyi. *Critical Review*, vol. 13, nº3/4, p. 285-314, verão, 1999.
- ISAAC, B.L. Karl Polanyi. In: CARRIER, J. G. (Ed). *A handbook of economic anthropology*. Cheltenham, Reino Unido: Edward Elgar Publishing Limited, 2005, p.14-26.
- KIRK, A. Karl Polanyi, Marshall Sahlins, and the Study of Ancient Social Relations. *Journal of Biblical Literature*, vol. 126, nº. 1, p. 182-191, primavera, 2007.
- MACHADO, N.M.C. Karl Polanyi e o “Grande Debate” entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 21, nº 1 (44), p. 165-195, abril, 2012.
- MARSHALL, A. (1890). *Princípios de Economia – Volume 1*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1982. 272p.
- MAUCOURANT, J. *Karl Polanyi, les marchés et le Marché*. Disponível em: <http://www.gabrielperi.fr/1386.html>. Acesso em: 10 de dezembro de 2014.

_____. Échange, commerce et monnaies dans les économies non modernes: un réexamen de l'approche de Karl Polanyi. *Transeuphratène: Recherches pluridisciplinaires sur une province de l'Empire achéménide*, França, vol. 20, p. 9-43, abril, 2000.

MAUSS, M. (1925) Ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-314.

PATRIQUIN, L. *The Ellen Meiksins Wood Reader*. Leiden, Boston: Brill, 2012. 335p. (Historical Materialism Book Series, vol. 40).

POLANYI, K. (1944). *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. 349p.

_____. Marketless trading in Hammurabi's time. In: POLANYI, K., ARENSBERG, C.M., PEARSON, H.W. (Eds). *Trade and market in the early empires: economies in history and theory*. Illinois, EUA: The Falcon's Wing Press, 1957, p. 12-26.

_____. The Two Meanings of Economic. *Il Capitale culturale Studies on the Value of Cultural Heritage*, Itália, vol. 6, p. 229-233, 2013.

ROTSTEIN, A. Karl Polanyi's Concept of Non-Market Trade. *The Journal of Economic History*, Inglaterra, vol. 30, nº. 1, p. 117-126, março, 1970.

SAHLINS, M. A sociedade afluyente original. In: _____. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004b. p. 105-146.

_____. La pensée bougeoise. In: _____. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004a. p. 179-219.

TOWNSEND, J. (1780) *A dissertation on the poor laws*. Londres: W. Flint Editor, 1817. 108p.

WOOD, E.M. *A origem do capitalismo*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 143p.